

ITR

Informações Trimestrais

Companhia: CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A.

Data Entrega: 15/05/2019

Data Referência: 31/03/2019

Tipo Apresentação: Apresentação

Versão: 1

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração do fluxo de Caixa

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Número de Ações (Mil) 31/03/2019

Do Capital Integralizado

Ordinárias 1.446.898.779

Preferenciais 0

Total 1.446.898.779

Em Tesouraria

Ordinárias 0

Preferenciais 0

Total 0

Provento

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2019	31/12/2018
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	53.529	52.112
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	53.529	52.112
1	Ativo Total	2.600.882	2.666.063
1.01	Ativo Circulante	298.867	343.799
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	100.986	179.573
1.01.02	Aplicações Financeiras	60.394	56.737
1.01.03	Contas a Receber	33.194	31.226
1.01.04	Estoques	65.209	53.937
1.01.06	Tributos a Recuperar	12.508	7.569
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	7.377
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	26.576	7.380
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	26.576	7.380
1.01.08.01.01	Adiantamentos	25.651	6.454
1.01.08.01.02	Partes relacionadas	457	457
1.01.08.01.03	Outros Ativos	468	469
1.02	Ativo Não Circulante	2.302.015	2.322.264
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	121.571	117.399
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	3.528	3.566
1.02.01.04	Contas a Receber	12.039	11.699
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	0	11.699
1.02.01.07	Tributos Diferidos	42.018	39.565
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	36.240	33.856
1.02.01.07.02	Tributos a recuperar	5.778	5.709
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	10.457	10.457
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	10.457	10.457
1.02.03	Imobilizado	55.056	51.492
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	55.056	51.492

1.02.04	Intangível	2.125.388	2.153.373
1.02.04.01	Intangíveis	2.125.388	2.153.373
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.125.388	2.153.373

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2019	31/12/2018
2	Passivo Total	2.600.882	2.666.063
2.01	Passivo Circulante	214.452	265.529
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	36.193	33.585
2.01.02	Fornecedores	44.681	53.532
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	0	51.924
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	0	1.608
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	62.367	102.533
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	47.329	47.753
2.01.04.02	Debêntures	15.038	54.780
2.01.05	Outras Obrigações	71.211	75.879
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	31.435	38.608
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	31.435	38.608
2.01.05.02	Outros	39.776	37.271
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.557	2.557
2.01.05.02.04	Impostos taxas e contribuições a pagar	3.137	5.775
2.01.05.02.06	Concessões de serviços públicos	2.180	2.168
2.01.05.02.08	Serviços a prestar	31.078	26.476
2.01.05.02.09	Outras obrigações	824	295
2.02	Passivo Não Circulante	1.035.285	1.048.175
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	997.881	1.012.577
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	360.975	372.569
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	360.975	372.569
2.02.01.02	Debêntures	636.906	640.008
2.02.02	Outras Obrigações	8.667	8.667
2.02.02.02	Outros	8.667	8.667
2.02.02.02.03	Concessões de serviços públicos	8.480	8.480
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	187	187

2.02.04	Provisões	27.928	26.094
2.02.04.02	Outras Provisões	27.928	26.094
2.02.04.02.04	Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	25.999	24.217
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	809	837
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	809	837
2.03	Patrimônio Líquido	1.351.145	1.352.359
2.03.01	Capital Social Realizado	1.344.160	1.344.160
2.03.04	Reservas de Lucros	8.199	8.199
2.03.04.01	Reserva Legal	538	538
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	7.661	7.661
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.214	0
2.02.04.02.05	Juros sobre capital próprio a pagar	1.929	1.877

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/03/2019	01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	187.191	190.190
3.01.01	Receita de Serviços	187.191	190.190
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-124.548	-109.698
3.02.01	Custos dos serviços	-124.548	-109.698
3.03	Resultado Bruto	62.643	80.492
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-41.276	-47.488
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45.035	-47.518
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	6.578	33
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.819	-3
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	21.367	33.004
3.06	Resultado Financeiro	-25.337	-27.972
3.06.01	Receitas Financeiras	6.284	8.813
3.06.02	Despesas Financeiras	-31.621	-36.785
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-3.970	5.032
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.756	1.907
3.08.01	Corrente	372	0
3.08.02	Diferido	2.384	1.907
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-1.214	6.939
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-1.214	6.939
3.99.01.01	ON	0,00100	0,00500
3.99.02.01	ON	0,00100	0,00500

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/03/2019	01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-1.214	6.939
4.03	Resultado Abrangente do Período	-1.214	6.939

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/03/2019	01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	16.739	69.489
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	53.578	69.648
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	-3.970	5.032
6.01.01.02	Depreciação e amortização	34.302	33.291
6.01.01.03	Baixa de imobilizado	272	5.426
6.01.01.04	Variações monetárias, cambiais e encargos - líquidas	23.503	20.124
6.01.01.05	(Reversão de) Perdas estimadas créditos de liquidação duvidosa	-200	243
6.01.01.06	Ajuste de operação de Hedge	0	3.284
6.01.01.07	Provisão para riscos procesuais	1.782	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-36.839	-159
6.01.02.01	Contas a receber clientes	-2.108	916
6.01.02.02	Depósitos judiciais	-1.417	-395
6.01.02.03	Estoques	-11.272	3.978
6.01.02.04	Outros créditos	-11.820	6.338
6.01.02.05	Fornecedores	-3.550	-17.926
6.01.02.06	Obrigações com empregados e administradores	2.608	4.070
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	0	-1.089
6.01.02.08	Outras obrigações e contas a pagar	581	-381
6.01.02.10	Parte relacionadas	-7.173	9.748
6.01.02.12	Adiantamento de Clientes	4.602	2.646
6.01.02.13	Imposto a recuperar	-4.637	-8.736
6.01.02.14	Receita diferida	-28	-28
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-16.961	-18.749
6.02.01	Aquisição de intangível	-7.394	-17.335
6.02.02	Aquisição de imobilizado	-5.948	-663
6.02.03	Aplicações financeiras	-3.619	-751

6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-78.365	77.599
6.03.02	Pagamento de empréstimos	-15.573	-419.870
6.03.03	Captação de empréstimos	0	550.000
6.03.05	Liquidação de derivativos	0	-23.595
6.03.07	Pagamento de juros	-62.792	-28.936
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-78.587	128.339
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	179.573	58.213
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	100.986	186.552
6.01.01.08	Outros	-2.111	2.248
6.01.02.15	Outros	1	0
6.01.02.16	Obrigações com o poder concedente	12	700
6.01.02.17	Impostos a recolher	-2.638	0

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2019 à 31/03/2019

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	8.199	0	0	1.352.359
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	8.199	0	0	1.352.359
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.214	0	-1.214
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-1.214	0	-1.214
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	8.199	-1.214	0	1.351.145

01/01/2018 à 31/03/2018

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.344.160	0	0	-307	0	1.343.853
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.344.160	0	0	-307	0	1.343.853
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	6.939	0	6.939
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	6.939	0	6.939
5.07	Saldos Finais	1.344.160	0	0	6.632	0	1.350.792

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/03/2019	01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	199.174	195.711
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	192.823	195.924
7.01.02	Outras Receitas	6.551	30
7.01.02.01	Outras Receitas	6.551	30
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-200	-243
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-77.812	-59.854
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-18	-43
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-77.757	-59.811
7.02.04	Outros	-37	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	121.362	135.857
7.04	Retenções	-34.302	-33.295
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-34.302	-33.295
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	87.060	102.562
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.284	8.813
7.06.02	Receitas Financeiras	6.284	8.813
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	93.344	111.375
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	93.344	111.375
7.08.01	Pessoal	50.249	56.140
7.08.01.01	Remuneração Direta	31.894	33.742
7.08.01.02	Benefícios	14.893	12.582
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.937	2.694
7.08.01.04	Outros	525	7.122
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	9.541	10.778
7.08.02.01	Federais	4.941	6.030
7.08.02.02	Estaduais	896	910
7.08.02.03	Municipais	3.704	3.838

7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	34.768	37.518
7.08.03.01	Juros	25.623	21.524
7.08.03.02	Aluguéis	717	733
7.08.03.03	Outras	8.428	15.261
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-1.214	6.939
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-1.214	6.939

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2019	31/12/2018
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	31/03/2019	31/12/2018
-------	-----------	------------	------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/03/2019	01/01/2018 à 31/03/2018
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/03/2019	01/01/2018 à 31/03/2018
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/03/2019	01/01/2018 à 31/03/2018
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2019 à 31/03/2019

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
-------	-----------	------------------------------	--	-------------------	--------------------------------	-------------------------------	--------------------	------------------------------------	--------------------------------

Informação indisponível

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL)

Conta	Descrição	01/01/2019 à 31/03/2019	01/01/2018 à 31/03/2018
-------	-----------	-------------------------------	-------------------------------

Informação indisponível



RELEASE DE RESULTADOS

Divulgação imediata

1T19

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

DRI@metrorio.com.br

<http://metrorio.ri.invepar.com.br>

METRÔRIO REGISTRA RECEITA LÍQUIDA DE R\$ 187,2 MILHÕES NO 1T19
EBITDA AJUSTADO FOI DE R\$ 55,7 MILHÕES NO MESMO PERÍODO

DESTAQUES

RECEITA LÍQUIDA DO 1T19 FOI DE R\$ 187,2 MILHÕES, 1,7% MENOR QUANDO COMPARADA AO MESMO PERÍODO DE 1T18

- A redução da Receita Líquida reflete a queda de 2,3% no volume de passageiros pagantes. Esta queda está relacionada ao fraco desempenho econômico verificado no município do Rio de Janeiro.

O EBITDA FOI DE R\$ 55,7 MILHÕES NO 1T19 FRENTE AOS R\$ 66,3 MILHÕES NO 1T18

- A queda no volume de passageiros pagantes e na Receita Líquida impactou em redução no EBITDA entre os períodos analisados.
- Além disso, os Custos e Despesas ficaram maiores em razão de manutenção programada e reajuste contratual de energia elétrica.

O RESULTADO DO EXERCÍCIO FOI DE PREJUÍZO LÍQUIDO DE R\$ 1,2 MILHÃO

- O resultado do 1T19 ficou menor em relação ao do 1T18, principalmente, pela queda no EBITDA no período.

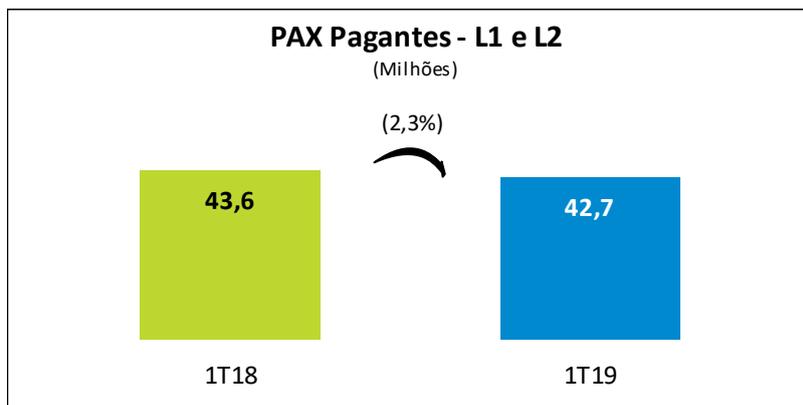
Indicadores Seleccionados (Milhões)	1T19	1T18	▲
PAX Pagantes - L1 e L2	42,7	43,6	-2,3%
Receita Líquida (R\$)	187,2	190,3	-1,7%
EBITDA(R\$)	55,7	66,3	-16,0%
Lucro/Prejuízo do Exercício (R\$)	(1,2)	6,9	-117,4%

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2019. A Concessionária Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio, empresa do Grupo Invepar, divulga os resultados do 1T19. Foram realizadas comparações com o mesmo período de 2018, conforme indicado. As informações são apresentadas com base em números extraídos das informações contábeis intermediárias revisadas pelos auditores independentes, com exceção das informações operacionais, de mercado e investimentos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

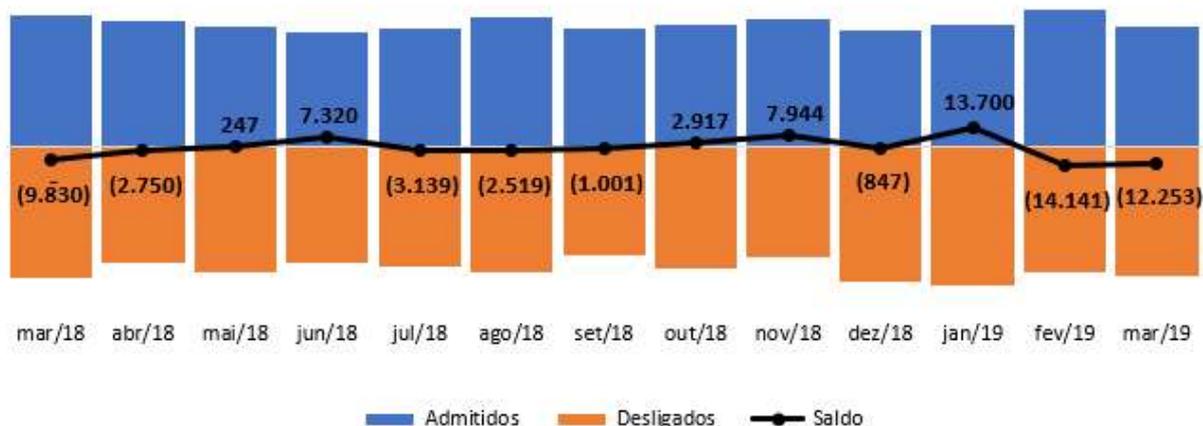
Desempenho Operacional (Milhões)	1T19	1T18	▲
MetrôRio – PAX Pagantes - L1 e L2	42,7	43,6	-2,3%
MetrôRio – PAX Transportados - L1, L2 e L4	61,0	60,6	0,7%

No 1T19, o MetrôRio registou 42,7 milhões de passageiros pagantes, queda de 2,3% comparado ao 1T18.



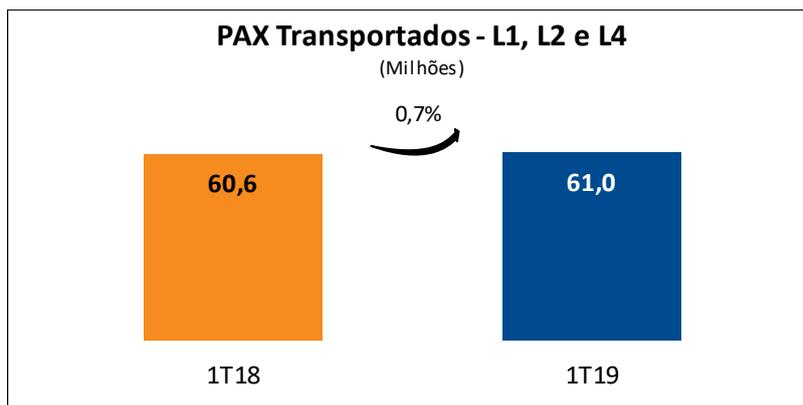
As Linhas 1 e 2 do MetrôRio conectam o fluxo de trabalhadores da região norte à região central e zona sul do Rio de Janeiro. A fraca geração de empregos, como pode ser verificado abaixo, impacta negativamente na demanda de passageiros no MetrôRio, explicando a piora no resultado.

Admitidos x Desligados



Fonte: MTE CAGED

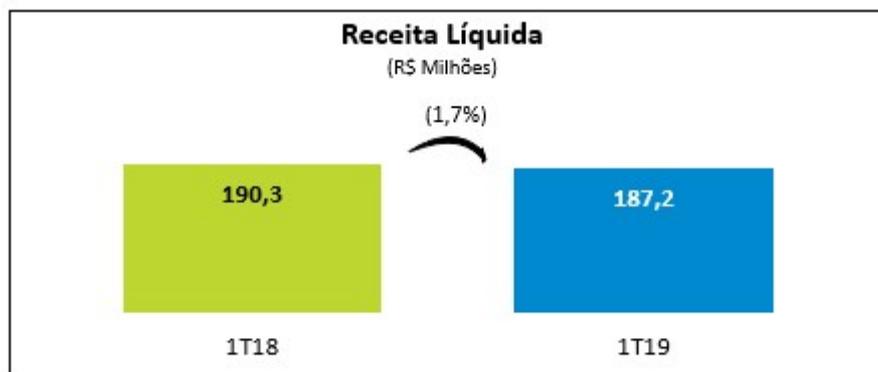
Nos três primeiros meses do ano, o total de passageiros transportados (pagantes e não pagantes) pelas Linhas 1, 2 e 4 foi 61,0 milhões, alta de 0,7% explicada pelo bom desempenho na Linha 4, operação iniciada no 3T16 e ainda em fase de *ramp up*.



DESEMPENHO FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

Receita Operacional (R\$ Milhões)	1T19	1T18	▲
Receitas Tarifárias	181,8	185,9	-2,3%
Receitas Não Tarifárias	11,1	10,1	8,9%
Receita Bruta	192,8	196,0	-1,6%
Deduções da Receita Bruta	(5,6)	(5,7)	0,0%
Receita Líquida	187,2	190,3	-1,7%



A Receita Líquida do 1T19 foi de R\$ 187,2 milhões, uma redução de 1,7% comparada ao 1T18, explicada pelo menor número de passageiros pagantes. A tarifa praticada nos dois períodos foi de R\$ 4,30. A partir do 2T19, a tarifa será R\$ 4,60, após reajuste contratual autorizado pelo órgão regulador.

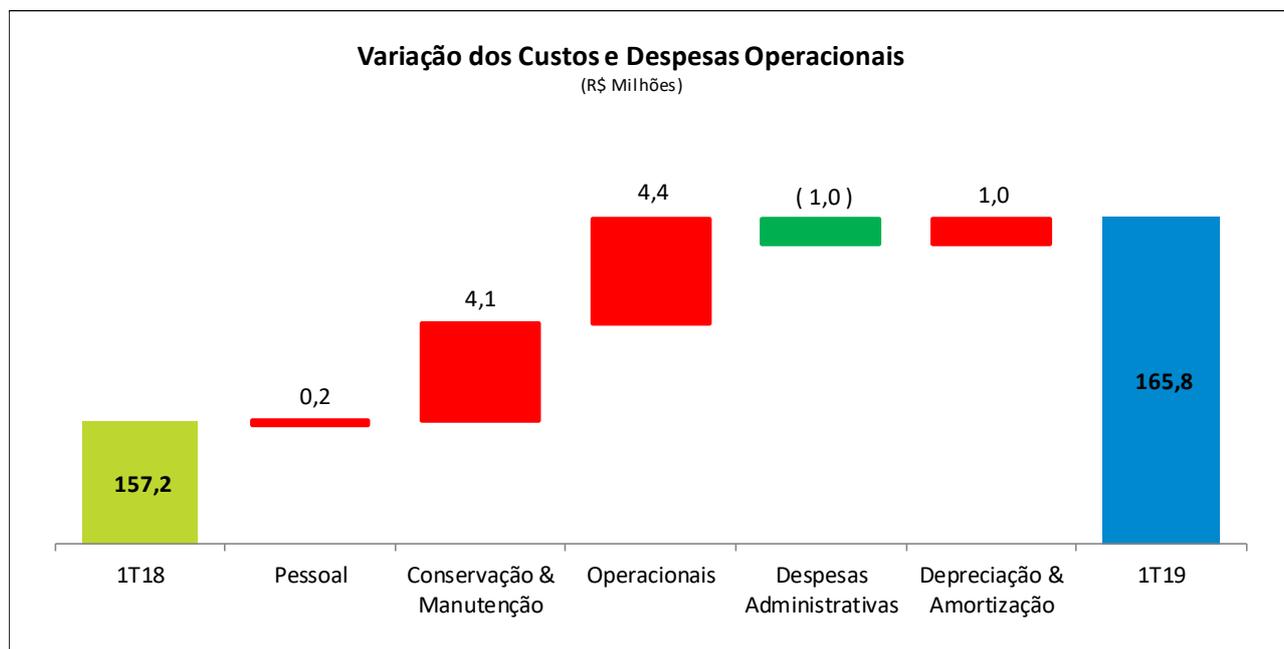
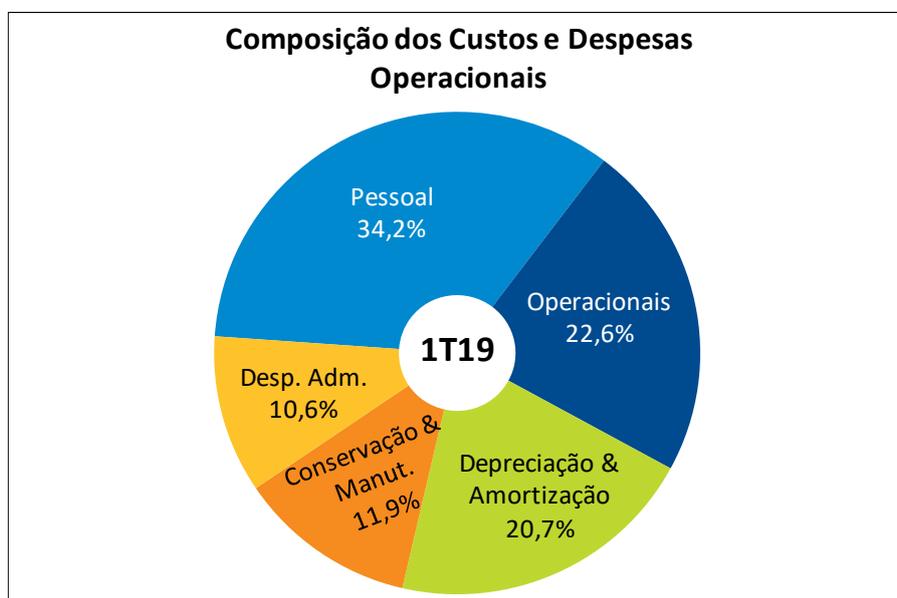
No 1T19, a Receita Não Tarifária aumentou 8,9%, encerrando o trimestre com R\$ 11,1 milhões. Este aumento reflete as ações de inovação e parcerias estratégicas realizadas pela Companhia. Entre as principais ações, estão a arrecadação com “co-location” (antenas de operadoras de celular), aluguel de espaço publicitário e contratos de parcerias por associação da marca do contratante ao MetrôRio.

CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ Milhões)	1T19	1T18	▲
Pessoal	(56,8)	(56,6)	0,4%
Conservação & Manutenção	(19,7)	(15,7)	26,3%
Operacionais	(37,4)	(33,0)	13,7%
Despesas Administrativas	(17,5)	(18,6)	-5,4%
Depreciação & Amortização	(34,3)	(33,3)	3,3%
Custos & Despesas Operacionais	(165,8)	(157,2)	5,5%

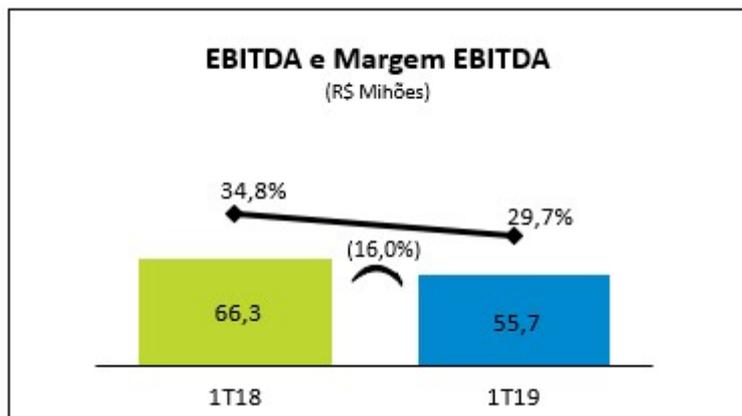


Os Custos e Despesas Operacionais aumentaram 5,5% no 1T19, principalmente, por maiores gastos: i) em conservação e manutenção, explicado, em grande medida, pelo serviço de intervenção em equipamento na subestação primária de Botafogo e; ii) em Despesas Operacionais, principalmente, ao reajuste tarifário de energia elétrica aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A linha de Despesas Administrativas reduziu 5,4%, especialmente por renegociações em contratos de forma geral.

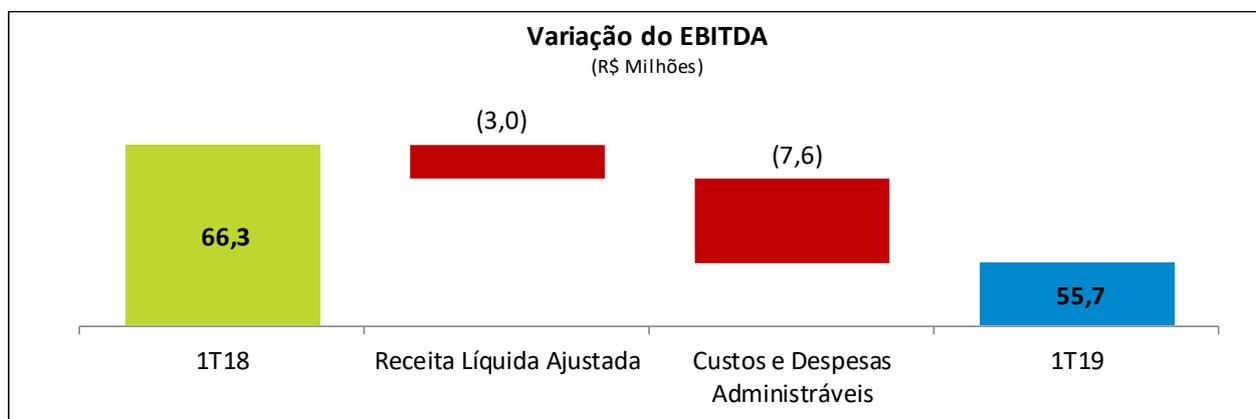


EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA e Margem EBITDA (R\$ Milhões)	1T19	1T18	▲
Lucro (Prejuízo) do período	(1,2)	6,9	-117,4%
(+) Resultado Financeiro Líquido	25,3	28,0	-9,3%
(+) IRPJ & CSLL	(2,8)	(1,9)	42,1%
(+) Depreciação & Amortização	34,3	33,3	3,3%
EBITDA Instrução CVM Nº527/12	55,7	66,3	-16,0%
Receita Líquida	187,2	190,2	-1,6%
Margem EBITDA (%)	29,7%	34,9%	-5,2 p.p



O EBITDA totalizou R\$ 55,7 milhões no 1T19, uma redução de 16,0% em relação ao 1T18. Esta redução ocorreu pela perda na Receita Líquida, reflexo do menor número de passageiros pagantes, e pelo aumento pontual em Custos e Despesas Operacionais. A Margem EBITDA do 1T19 foi 29,7%, redução de 5,2 p.p.



RESULTADO FINANCEIRO

Inflação, Câmbio e Juros	1T19	1T18	▲
Dólar Final do Período (R\$)	3,90	3,32	17,2%
CDI Final do Período	6,40%	6,39%	0,2%
CDI Acumulado Últimos 12 meses	6,34%	8,39%	-24,4%
TR Final do Período	0,00%	0,00%	0,0%
TR Acumulado	0,00%	0,00%	0,0%
TJLP Final do Período	7,03%	6,75%	4,1%
TJLP Média Últimos 12 meses	6,79%	6,94%	-2,2%

<https://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpsq.asp?id=txcotacao>

http://estatisticas.cetip.com.br/astec/series_v05/paginas/lum_web_v04_10_03_consulta.asp

<https://calculadorarendafixa.com.br/#>

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/custos-financeiros/taxa-juros-longo-prazo-tjlp>



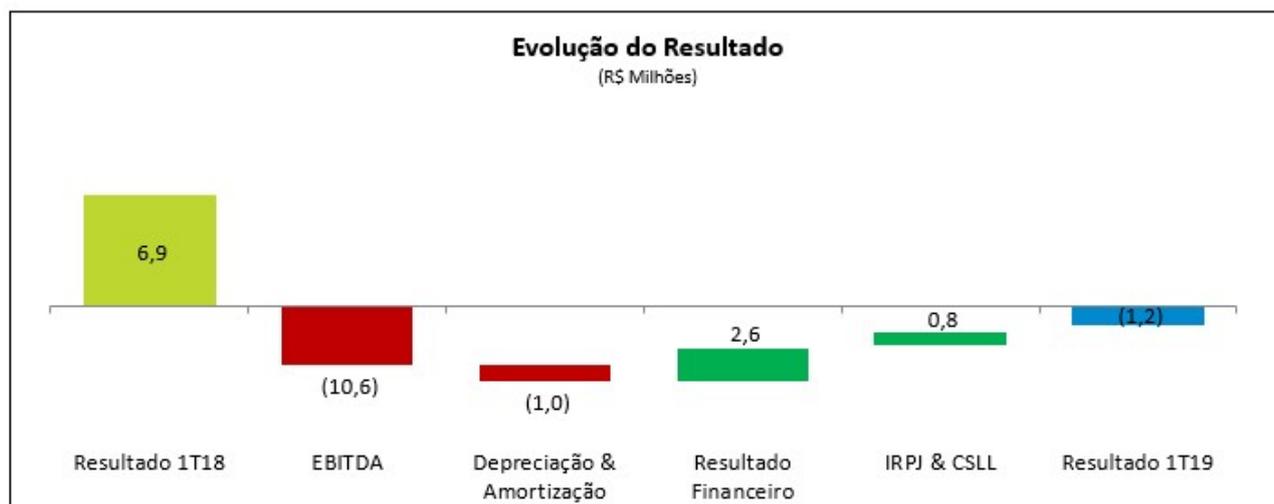
Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	1T19	1T18	▲
Resultado Financeiro Líquido	(25,3)	(28,0)	-6,3%
Receitas Financeiras	6,3	8,8	-29,5%
Juros	5,0	3,6	40,0%
Variação monetária e cambial	1,3	5,2	-76,9%
Despesas Financeiras	(31,6)	(36,8)	-13,9%
Juros	(29,9)	(28,2)	6,0%
Operações de Hedge	-	(3,3)	-100,0%
Variação monetária e cambial	(1,2)	(4,1)	-72,5%
Outros	(0,5)	(1,2)	-58,3%

No 1T19, o Resultado Financeiro Líquido do MetrôRio apresentou uma melhora de 6,3% em relação ao 1T18. Esta melhora é explicada por menores variações de CDI e TJLP Média nos últimos 12 meses e pela maior rentabilidade nos fundos cambiais FIC e MOVER. Nas Despesas Financeiras, o aumento de juros é explicado pela contabilização do serviço da dívida da 8ª emissão de debêntures da Companhia.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Resultado do Exercício (R\$ Milhões)	1T19	1T18	▲
Lucro/Prejuízo do Exercício	(1,2)	6,9	-117,4%

No 1T19 o MetrôRio apurou Prejuízo Líquido de R\$ 1,2 milhão. No mesmo período de 2018, o resultado foi de Lucro Líquido de R\$ 6,9 milhões. A reversão do resultado ocorreu, principalmente, pelo menor EBITDA nos períodos analisados. A melhora no Resultado Financeiro Líquido amenizou este impacto.

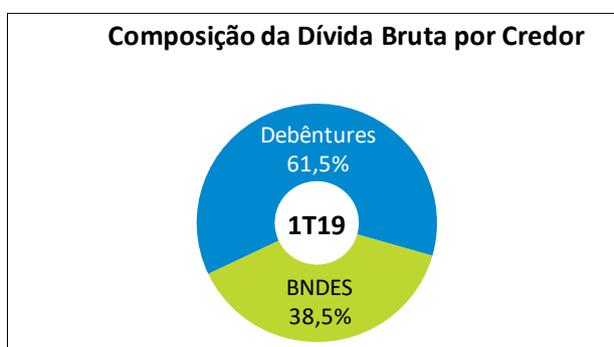
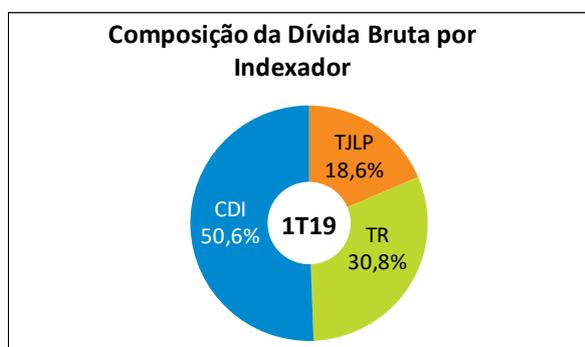




DISPONIBILIDADES E ENDIVIDAMENTO

Disponibilidades e Endividamento (R\$ Milhões)	1T19	1T18	▲
Dívida Bruta	(1.060,2)	(1.118,4)	-5,2%
Curto Prazo	(62,4)	(56,1)	11,1%
Empréstimos e Financiamentos	(47,3)	(47,4)	0,0%
Debêntures	(15,0)	(8,8)	72,4%
Longo Prazo	(997,9)	(1.062,3)	-6,1%
Empréstimos e Financiamentos	(361,0)	(406,5)	-11,2%
Debêntures	(636,9)	(655,8)	-2,9%
Disponibilidades	164,9	235,2	-29,9%
Caixa e equivalentes de caixa	101,0	186,6	-45,9%
Aplicações Financeiras	63,9	48,7	31,5%
Dívida Líquida	(895,3)	(883,2)	1,4%

A Dívida Bruta do MetrôRio ao final dos 1T19 foi de R\$ 1,06 bilhão, 5,2% abaixo do mesmo período de 2018. Já a Dívida Líquida aumentou 1,4% no mesmo período, dada uma menor posição de caixa.



PRINCIPAIS INVESTIMENTOS

Nos 1T19, foram investidos R\$ 14,2 milhões, com destaque para os seguintes projetos: Programa Zona de Manobra na Pavuna, Obras de Artes Especiais – Viadutos Linha 2, Material de Unidade Rotativa para os trens CRC e Revitalização de Material Rodante, com foco na recuperação de truques.

R\$ Milhões	1T19	1T18	▲
Adição ao Imobilizado	2,6	1,1	136,4%
Adição ao Intangível (Software & Outros)	0,8	-	n.m.
Investimentos na Concessão	12,9	18,6	-30,6%
(-) Transações não Caixa	(2,1)	(1,7)	23,5%
Total Investido	14,2	18,0	-21,1%

SOBRE A COMPANHIA

METRÔRIO

Inaugurado em março de 1979, o metrô do Rio de Janeiro começou transportando meio milhão de pessoas, em uma média diária de 60 mil usuários. Em 1998, a empresa MetrôRio assumiu a administração e a operação das Linhas do metrô carioca e em dezembro de 2009 passou a fazer parte do Grupo Invepar.

A concessionária MetrôRio tem sob seu controle a administração, manutenção e operação das Linhas 1 e 2 do sistema de metrô da cidade do Rio de Janeiro-RJ que juntas circulam entre a Zona Sul, a Zona Norte e o Centro, por 36 estações em 42 quilômetros de trilhos.

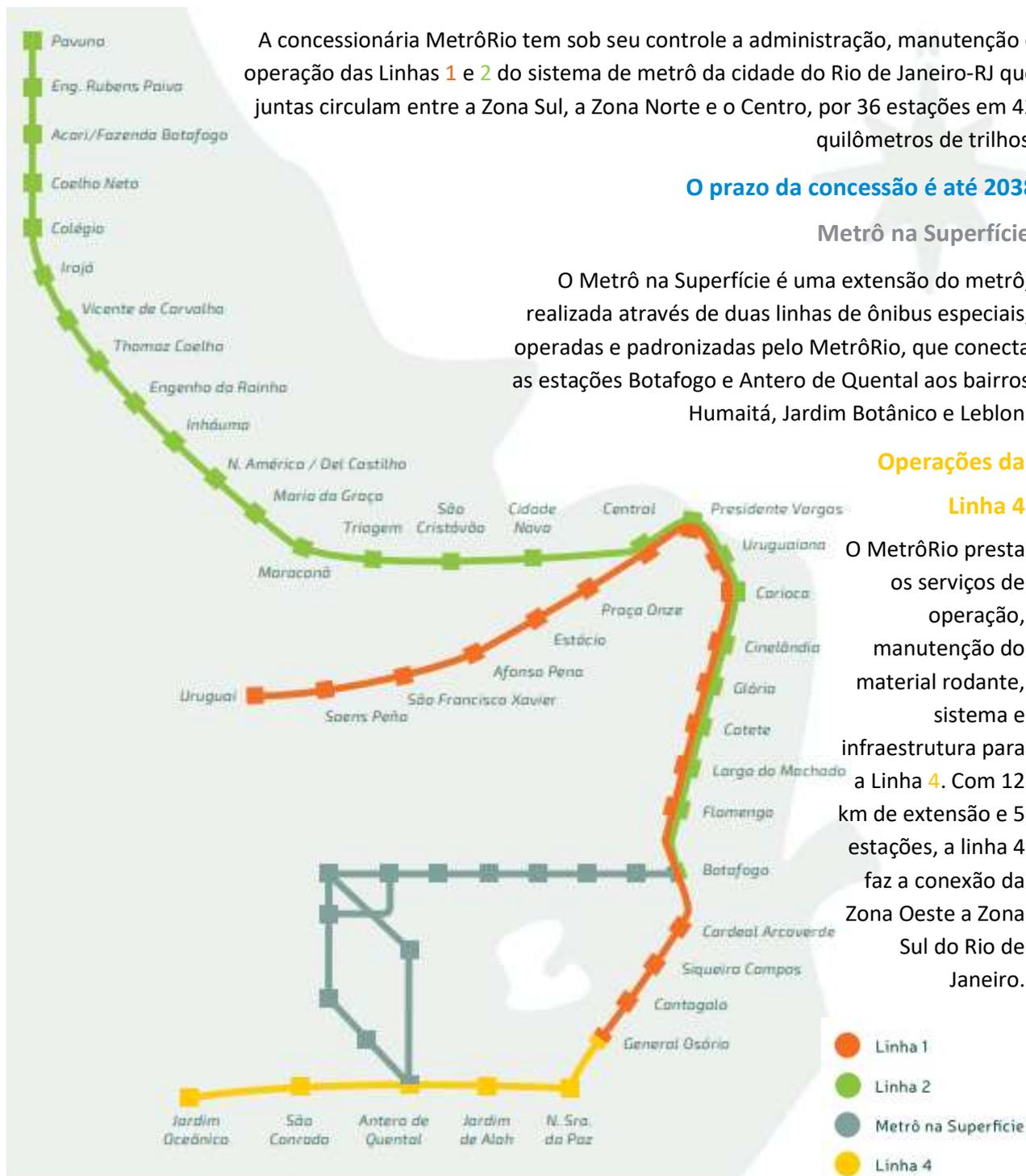
O prazo da concessão é até 2038

Metrô na Superfície

O Metrô na Superfície é uma extensão do metrô, realizada através de duas linhas de ônibus especiais, operadas e padronizadas pelo MetrôRio, que conecta as estações Botafogo e Antero de Quental aos bairros Humaitá, Jardim Botânico e Leblon.

Operações da Linha 4

O MetrôRio presta os serviços de operação, manutenção do material rodante, sistema e infraestrutura para a Linha 4. Com 12 km de extensão e 5 estações, a linha 4 faz a conexão da Zona Oeste a Zona Sul do Rio de Janeiro.



Sobre a Invepar

A Invepar é uma das maiores empresas de infraestrutura de transporte da América Latina, atuando nos segmentos de Aeroportos, Mobilidade Urbana e Rodovias desde os anos 2000. Com um portfólio privilegiado, a Companhia possui, atualmente, 11 concessões com prazo médio remanescente de 20 anos, o maior comparado às demais empresas do setor no Brasil. É importante destacar que todas as concessões da Invepar estão em estágio operacional, indicando uma ampla capacidade de crescimento dentro de seus segmentos de atuação, com potencial geração de valor ao longo dos próximos 20 anos.

DEPARTAMENTO DE RI

Diretor de Relações com Investidores

Charles de Sirovy

Equipe de Relações com Investidores

Nilton Pimentel

Livia Bragança

Aline Campos

Rafael Rondinelli



DRI@metrorio.com.br



+55 21 2211 1300



ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Demonstração do Resultado (R\$ Milhões)	1T19	1T18	▲
Receita Bruta	192,8	195,9	-1,6%
Receitas com Pedágio	181,8	185,9	-2,2%
Receitas Acessórias	11,1	10,1	10,0%
Deduções da Receita Bruta	(5,6)	(5,7)	-1,8%
Receita Líquida	187,2	190,2	-1,6%
Custos & Despesas	(165,8)	(157,2)	5,5%
Pessoal	(56,8)	(56,6)	0,2%
Conservação & Manutenção	(19,7)	(15,7)	26,3%
Operacionais	(37,4)	(33,0)	13,7%
Despesas Administrativas	(17,5)	(18,6)	-5,4%
Depreciação & Amortização	(34,3)	(33,3)	3,3%
RESULTADO OPERACIONAL	21,4	33,0	-35,5%
Resultado Financeiro Líquido	(25,4)	(28,0)	-9,6%
Receitas Financeiras	6,3	8,8	-28,7%
Juros sobre aplicações financeiras	5,0	3,6	40,0%
Varição monetária ativa	1,2	0,4	266,7%
Variações cambiais ativas	0,1	4,8	-97,9%
Despesas Financeiras	(31,6)	(36,8)	-13,9%
Comissões e despesas bancárias	(0,4)	(0,7)	-57,1%
Juros passivos	(9,6)	(12,6)	-24,6%
Operações de Hedge	-	(3,3)	-100,0%
Varição monetária passiva	(0,6)	(1,2)	-50,0%
Variações cambiais passivas	(0,5)	(2,8)	-82,1%
Juros sobre debêntures	(20,3)	(15,6)	31,0%
Outros	(0,1)	(0,5)	-80,0%
RESULTADO ANTES DE IR & CSL	(4,0)	5,0	-178,0%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	0,4	3,6	-91,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	2,4	(1,7)	-243,8%
IR & CSL	2,8	1,9	42,1%
LUCRO/PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(1,2)	6,9	-117,4%


BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (em R\$ Milhões)	1T19	4T18
Ativo Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	101,0	179,6
Aplicações financeiras	60,4	56,7
Créditos a receber	33,2	31,2
Estoques	65,2	53,9
Impostos a recuperar	12,5	7,6
Adiantamentos	25,7	13,8
Partes relacionadas	0,5	0,5
Outros	0,5	0,5
Total do Circulante	298,9	343,8
Ativo não Circulante		
Aplicações financeiras	3,5	3,6
Partes relacionadas	10,5	10,5
Créditos a receber	12,0	11,7
Impostos a recuperar	5,8	5,7
Impostos diferidos ativos	36,2	33,9
Depósitos judiciais	53,5	52,1
Imobilizado	55,1	51,5
Intangível	2.125,4	2.153,4
Total do Não Circulante	2.302,0	2.322,3
TOTAL DO ATIVO	2.600,9	2.666,1

Passivo (em R\$ Milhões)	1T19	4T18
Passivo Circulante		
Fornecedores	44,7	53,5
Empréstimos e financiamentos	47,3	47,8
Debêntures	15,0	54,8
Impostos a recolher	3,1	5,8
Obrigações com empregados e administradores	36,2	33,6
Concessão de serviço público	2,2	2,2
Adiantamentos de clientes	31,1	26,5
Dividendos e JSCP	2,6	2,6
Partes relacionadas	31,4	38,6
Outros	0,8	0,3
Total do Circulante	214,5	265,5
Passivo Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	361,0	372,6
Debêntures	636,9	640,0
Impostos a recolher	0,2	0,2
Concessão de serviço público	8,5	8,5
Prov. obrigações legais vinculadas a processos judiciais	26,0	24,2
Receita diferida	0,8	0,8
Outros	1,9	1,9
Total do Não Circulante	1.035,3	1.048,2
TOTAL DO PASSIVO	1.249,7	1.313,7
Patrimônio Líquido		
Capital social	1.344,2	1.344,2
Resultado acumulado exercícios anteriores	7,7	7,7
Resultado do exercício	(1,2)	-
Reserva de lucros	0,5	0,5
Total do Patrimônio Líquido	1.351,1	1.352,4
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.600,9	2.666,1

CONCESSÃO METROVIÁRIA DO RIO DE JANEIRO S.A. - METRÔRIO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2019 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. Operações da Companhia

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) foi constituída sob a forma de “sociedade por ações” em 20 de agosto de 2008, com prazo indeterminado, tendo por objeto a prestação de serviços de transporte metroviário no Rio de Janeiro, podendo manter filiais, agências ou representações, em qualquer localidade do país ou do exterior. A Companhia tem sede na Avenida Presidente Vargas 2.000, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores.

Com o processo de otimização da estrutura societária ocorrido em 2009, ocorreu a incorporação da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. por Megapar Participações S/A, que assumiu a denominação social da Companhia que passou a ser uma empresa de transporte urbano de passageiros. O MetrôRio detém o direito exclusivo de operar e explorar as concessões das Linhas 1 e 2 do metrô da cidade do Rio de Janeiro por meio da arrecadação derivada da venda de passagens de diversos serviços, inclusive de viagens integradas com operadoras de outros modais de transporte, nos termos do Edital de Leilão PED/ERJ no 01/97-Metrô, do respectivo Contrato de Concessão e de seus aditivos, esses últimos firmados entre o MetrôRio e o Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente).

Além da receita com passagens, o MetrôRio faz jus a receitas acessórias, dentre as quais, de exploração comercial de espaços disponíveis nas áreas objeto da concessão, podendo participar como sócia ou acionista em outras sociedades, desde que estas atividades complementares não afetem adversamente a prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros.

A Companhia é controlada pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - Invepar, que detém a totalidade do capital.

O MetrôRio é responsável por administrar, operar, conservar, manter e reparar o sistema metroviário do Rio de Janeiro. Como parte da concessão, o Poder Concedente transferiu ao MetrôRio a posse dos bens destinados e vinculados à prestação dos serviços, dentre eles: imóveis, trens e demais bens, sendo responsabilidade do MetrôRio zelar pela integridade dos bens que lhes foram cedidos.

Em 27 de dezembro de 2007, o MetrôRio firmou com o Poder Concedente o Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, prorrogando a concessão, sob condição resolutiva, até 27 de janeiro de 2038

A prorrogação da concessão se deu em contrapartida a: (i) investimentos a serem realizados pelo MetrôRio, a título de pagamento da outorga da concessão, na implementação de novas estações metroviárias, aquisição de novos trens e modernização das operações; (ii) composição de litígios até então existentes entre a Concessionária, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, a Companhia

do Metropolitano do Rio de Janeiro - CMRJ (em liquidação) e a Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS; e (iii) assunção de obrigações de parte a parte, tais como: Concessionária: prestar serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários; manter, durante todo o período da concessão, pessoal técnico e administrativo, próprio ou de terceiros, legalmente habilitado; prestar contas da gestão do serviço à AGETRANSP e aos usuários, manter os seguros compatíveis com suas responsabilidades para com o Estado; zelar pela integridade dos bens vinculados à concessão; Estado: regulamentar os serviços concedidos; intervir na concessão para garantir a adequada prestação dos serviços; reajustar e revisar a tarifa básica; indenizar a concessionária por perdas que venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro e em razão da falta de reajuste ou revisão das tarifas; entregar à Concessionária toda documentação técnica, aí incluídos lista de bens reversíveis; autorizar a Concessionária, com recursos financeiros próprios, a importar e/ou adquirir os bens considerados reversíveis.

No evento da extinção do Contrato de Concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, bem como direitos e privilégios vinculados à Concessão. O MetrôRio terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos bens ou investimentos que ele tenha feito ao longo do período em que explorar a respectiva Concessão, respeitando os termos do Parágrafo 22º, da Cláusula 17ª do Aditivo.

Os direitos emergentes do Contrato de Concessão são classificados como ativo intangível à medida em que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados pela Companhia.

O Contrato de Concessão determinava, e o Aditivo manteve, no mês de abril, o reajuste anual da tarifa unitária de acordo com a variação do Índice Geral de Preços-Mercado (“IGP-M”), conforme divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV.

Em julho de 2013 foi assinado o contrato de operação e manutenção, firmado entre o MetrôRio, Metrôbarra S.A. (“Metrôbarra”), Concessionária Rio Barra (CRB) e o poder concedente (interveniente), onde a Companhia fica incumbida de executar a operação da Linha 4 (trecho General Osório 2 até Jardim Oceânico) após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens. Tal contrato, regula a operação e manutenção da Linha 4 e define a remuneração da Companhia para este serviço.

Em 1 de agosto de 2016 ocorreu o início da Operação Especial Olímpica na Linha 4 para portadores de ingressos que possuíam o Cartão Olímpico e Família Olímpica: atletas, organizadores e imprensa oficial dos Jogos Olímpicos. Em 19 de setembro de 2016, a Linha 4 entrou em operação para o público em geral. A Linha 4 tem a extensão atualmente de 12,7 km e liga o Jardim Oceânico, na Barra da Tijuca (Zona Oeste), à Estação General Osório, em Ipanema (Zona Sul). A entrada em operação da Linha 4 efetivou o contrato de Operação e Manutenção.

Em 31 de março de 2019, a Companhia possui capital circulante líquido positivo de R\$84.415 (R\$78.270, positivo, em 31 de dezembro de 2018).

1.2. Rebaixamento de rating em partes relacionadas

A Companhia é uma empresa integrante do mesmo grupo econômico da Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (“CART”) e do MetroBarra S.A. (“MetroBarra”), sendo empresas controladas

integralmente pela Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (Grupo INVEPAR), controladora direta Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. – MetrôRio.

A CART emitiu debêntures (2ª emissão de debêntures – “Debêntures CART”) que possuem, como uma das suas hipóteses de vencimento antecipado a obrigação de manutenção da classificação de risco atribuída às Debêntures CART igual ou superior a “A-“, ou equivalente, por ao menos uma Agência de Classificação de Risco contratada pela CART.

Em 11 de fevereiro de 2019, a agência de classificação de riscos S&P Global Ratings revisou os ratings da INVEPAR, passando de ‘B’ para ‘CCC+’ na Escala Global e de ‘brA-’ para ‘brBB-’ na Escala Nacional Brasil. Também foram rebaixados os ratings da 3ª e 4ª emissões de debêntures da INVEPAR de ‘brA-’ para ‘brBB-’. Ação semelhante foi aplicada pela mesma agência para a CART e MetroBarra S.A., que tiveram seus ratings de Emissor rebaixados de ‘brA-’ para ‘brBB-’, respectivamente, em Escala Nacional Brasil.

Devido ao rebaixamento de rating ocorrido e a consequente verificação da hipótese de vencimento antecipado das Debêntures CART, nos termos dos documentos da operação será necessário obter um quórum de deliberação de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação para cada uma das séries, que votem pela não declaração de vencimento antecipado das debêntures (“Waiver”). Neste sentido a CART convocou, em comum acordo com o agente fiduciário, uma Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) para o dia 16 de abril de 2019 de forma a deliberarem sobre a declaração, ou não, de vencimento antecipado da Emissão. Os debenturistas da 2ª série aprovaram a não declaração do vencimento antecipado, mas não houve quórum de aprovação dos debenturistas da 1ª série. Com isso, houve suspensão da AGD que será retomada no dia 5 de junho de 2019.

As Debêntures CART possuem garantias compartilhadas com dívidas contraídas pela CART junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

A administração da CART e da INVEPAR vem trabalhando na obtenção do “Waiver” quanto a não declaração do vencimento antecipado, na AGD informada acima e, caso não seja concretizado, tem estruturado ações sequenciais de forma a afastar o risco de vencimento antecipado supracitado.

A administração da CART e da INVEPAR informaram à Companhia que, caso os planos de afastamento do risco de declaração do vencimento antecipado não prosperem, há um risco significativo de o BNDES também declarar vencimento antecipado da dívida que tem com a CART. Essa declaração dá o direito de o BNDES também declarar o vencimento antecipado das dívidas contratadas e ainda não liquidadas pela Companhia junto a esta instituição financeira, já que, conforme item II, do Art. 39, da Seção I – Normas Gerais, do Capítulo IX – do Inadimplemento e das Penalidades, previsto na Resolução 665/87 – Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES (“DACB”), este poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida da Companhia caso haja o “inadimplemento de qualquer obrigação assumida perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do Grupo Econômico a que a Beneficiária pertença”.

Caso haja o vencimento da dívida da Companhia junto ao BNDES, a 8ª emissão de debênture da Companhia também poderá ser vencida antecipadamente, conforme cláusula 4.14 xvii da escritura, assim como as demais dívidas do Grupo INVEPAR com o BNDES.

Neste sentido, a administração da Companhia está acompanhando as evoluções das negociações lideradas pela Administração da CART e da INVEPAR e, atualmente, não possui indicação acerca do insucesso destas nem de, no caso de insucesso, o BNDES exercer o direito de decretar o vencimento antecipado de quaisquer outras dívidas que não as da CART ou adotar outras restrições às dívidas contratadas com o banco, mas informa aos seus acionistas e ao mercado em geral, que este é um fator de risco significativo a ser levado em consideração nas avaliações sobre a Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS (INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS)

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) em 14 de maio de 2019, que compreendem:

As informações contábeis intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não tiveram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 02 às Demonstrações Contábeis Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominadas de “Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018”), publicadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 29 de março de 2019.

Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2018.

2.1. Normas e interpretações novas e revisadas

Neste trimestre não ocorreram mudanças nas principais políticas e práticas contábeis e, portanto, mantêm-se a consistência de aplicação dos procedimentos divulgados nas notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pela aplicação a partir de 1º de janeiro de 2019, das seguintes normas:

- IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

- IFRIC 23/ICPC22 - Incerteza sobre o Tratamento do Tributo sobre o Lucro. Essa norma esclarece os critérios para mensuração e reconhecimento do IAS 12 - Tributos sobre o lucro.

Não houve impacto da aplicação dessas normas nas informações contábeis intermediárias

2.2. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa e bancos	14.473	21.809
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	19.139	10.130
Fundo MOVER (b)		
Letras financeiras de tesouro	53.080	121.382
Títulos públicos federais - Tesouro Nacional (LTN)	2.366	10.177
Certificado de depósito bancário - CDB	<u>11.928</u>	<u>16.075</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u><u>100.986</u></u>	<u><u>179.573</u></u>

- (a) A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações são em média 97,72% do CDI (98,81% do CDI em 31 de dezembro de 2018).
- (b) Fundo de Investimento CAIXA Mover - é um Fundo de Investimento constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, sem risco de mudança significativa de valor. Destina-se, exclusivamente, a acolher investimentos da INVEPAR e/ou sempre mediante prévia autorização da INVEPAR, de empresas a ela ligadas através de participação, direta ou indireta, e também a administração e a gestão da carteira e a controladoria de ativos. A escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizadas pela Caixa Econômica Federal. Em 31 de março de 2019, eram partes integrantes deste fundo a INVEPAR, LAMSA, METRORIO, METROBARRA, CLN e VIA040. Apesar de o vencimento ser de longo prazo as quotas do fundo podem ser resgatadas a qualquer momento. A rentabilidade do fundo é equivalente a 98,79% do CDI (99,05% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Taxa do CDI</u>	<u>Indexador</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicações financeiras:				
Fundo cambial exclusivo (a)		DÓLAR	53.793	52.861
Aplicação financeira CDB	95,00%	DI	<u>6.601</u>	<u>3.876</u>
Total circulante			<u><u>60.394</u></u>	<u><u>56.737</u></u>
Aplicações financeiras vinculadas:				
Certificado de depósitos bancários - CDB	98,30%	DI	<u>3.528</u>	<u>3.566</u>
Total não circulante (b)			<u><u>3.528</u></u>	<u><u>3.566</u></u>
Aplicações financeiras			<u><u><u>63.922</u></u></u>	<u><u><u>60.303</u></u></u>

- (a) Nos termos do contrato de financiamento e repasse obtido junto a Caixa Econômica Federal, os recursos destinados ao fluxo de pagamento das obrigações constituídas nos termos do contrato de concessão (aquisição de novos trens) devem ser alocados em conta bancária específica para este fim e podem ser resgatados antes do vencimento.

- (b) As aplicações financeiras de longo prazo somam R\$3.528 e estão vinculadas a processos judiciais, garantia de empréstimos e financiamentos e do contrato de concessão. De acordo com os termos da Cláusula 8ª, Parágrafo 3º, do Sexto Termo Aditivo, em 31 de março de 2019, a Companhia registrou o saldo de Modicidade tarifária, em conta contábil específica, para fins de fiscalização do Estado, o montante destinado para realização de melhorias extraordinárias no sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro, no total de R\$23.973.

5. CONTAS A RECEBER

	31/03/2019	31/12/2018
Circulante		
Venda de passagens (a)	5.422	2.993
Locação de espaço físico e veiculação de anúncios (b)	9.871	11.088
Outros títulos a receber	249	230
CCEE (e)	22.007	21.351
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (b)	(4.355)	(4.436)
Créditos a receber circulante – líquido	<u>33.194</u>	<u>31.226</u>
Não circulante		
Recebíveis do GERJ (c)	14.664	14.324
Outros títulos a receber (a)	3.069	3.069
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (c)	(5.694)	(5.694)
Valores a receber – ET-Pós		
Recebíveis do GERJ (d)	23.646	23.765
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (d)	(23.646)	(23.765)
Créditos a receber não circulante - líquido	<u>12.039</u>	<u>11.699</u>
Total do contas a receber	<u><u>45.233</u></u>	<u><u>42.925</u></u>

Os valores relativos a créditos a receber são:

- (a) Receita de passagens a receber da Fetranspor, integrações, Jogos Olímpicos e Paralímpicos;
- (b) Receita acessória (contratos com terceiros de cessão de espaço e veiculação de anúncios);
- (c) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes a gratuidade estudantil, Jornada Mundial da Juventude (JMJ), Copa das Confederações e Copa do Mundo. As gratuidades estudantis vêm sendo recebidas parcialmente. No entanto, todos os valores em aberto encontram-se em negociação com o Estado, via Revisão Quinquenal (prevista no contrato de concessão), ou por vias administrativas;
- (d) Valores a receber do Governo do Estado do Rio de Janeiro, referentes aos processos ET- Pós, conforme exigência 6º termo aditivo da Concessão. O descasamento entre a parcela reconhecida e provisionada existe devido o custeio dos processos, que são incorporados e posteriormente avaliados quanto a sua recuperabilidade e devidamente provisionado, se aplicável.;
- (e) Valores a receber referentes a energia de tração não consumida, disponibilizada para o mercado através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

	Total	Perdas esperadas pra crédito de liquidação duvidosa	Saldo a vencer e sem perda por redução de valor recuperável	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121-150 dias	151-180 dias	> 180 dias
31 de março de 2019	55.282	(10.049)	12.869	18.737	2.104	141	716	310	297	20.108*
31 de dezembro de 2018	53.055	(10.130)	6.625	23.842	5.966	4.044	519	38	2.259	9.762*

* Demonstrado eliminando o impacto dos montantes de valores a receber referentes aos processos ET-Pós demonstrados na nota 5(d).

Em 31 de março de 2019 as perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

		31 de março de 2019						
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	121 - 150 dias	151 - 180 dias	> 180 dias	
(10.049)	(195)	(628)	(64)	-	(341)	(65)	(8.756)	

		31 de dezembro de 2018						
Perdas esperada para créditos de liquidação duvidosa	< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 120 dias	> 121 - 150 dias	> 151 - 180 dias	> 180 dias	
(10.130)	-	-	(65)	(99)	-	(307)	(9.659)	

Movimentação nas perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	31/03/2019	31/12/2018
Saldo no início do exercício	(10.130)	(11.747)
Adições	(823)	(2.932)
Reversões	904	4.305
Baixas	-	244
Saldo no fim do período	<u>(10.049)</u>	<u>(10.130)</u>

Estado do Rio de Janeiro - Gratuidades a compensar - Lei nº 4.510/05 e Lei nº 5.359/08

Em 23 de dezembro de 2008, através da Lei nº 5.359/08, o Governo do Estado do Rio de Janeiro alterou o Art. 6º da Lei nº 4.510/05, onde definiu que a isenção concedida por essa Lei será custeada diretamente pelo Estado, por meio de repasse de verba da Secretaria de Estado de Educação e da Secretaria de Estado de Assistência Social e de Direitos Humanos, em procedimento a ser regulamentado pelo Poder Executivo. Adicionalmente, a Lei nº 5.359/08 estabeleceu que o valor de R\$1,00, correspondente ao valor de cada viagem realizada, será atualizado na mesma data e na mesma proporção da tarifa praticada nas linhas e serviços de transportes coletivos de passageiros do Estado do Rio de Janeiro. A Companhia encontra-se no aguardo da publicação do referido regulamento, notadamente no que se refere ao ressarcimento do vale social.

6. ESTOQUES

	31/03/2019	31/12/2018
Materiais auxiliares, de manutenção e bilhetes	65.209	53.937
Total	<u>65.209</u>	<u>53.937</u>

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Tributos a recuperar

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Antecipação do imposto de renda e contribuição social (a)	-	3.255
Saldo negativo do imposto de renda e contribuição social (b)	3.321	-
PIS e COFINS	4.493	4.172
Créditos Tributários – Processos judiciais (c)	4.532	-
Outros	<u>162</u>	<u>142</u>
Circulante	<u>12.508</u>	<u>7.569</u>
Antecipação do imposto de renda e contribuição social	<u>5.778</u>	<u>5.709</u>
Não Circulante	<u>5.778</u>	<u>5.709</u>

(a) Antecipação de IRPJ e CSLL do ano corrente e IRRF sobre aplicações financeiras

(b) Saldo negativo de IRPJ e CSLL de anos anteriores

(c) Processo 0024312-17.2013.4.02.5101 – Inexigibilidade da inclusão do ICMS, PIS e COFINS importação na base de cálculo do PIS e COFINS importação e Processo 0026600-74.2009.4.02.5101 – Direito de deduzir as despesas decorrente do programa de alimentação do trabalhador (PAT) da base de cálculo do lucro tributável.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	11.456	11.524
Ajuste de redução do valor recuperável	4.588	4.588
Provisão para riscos processuais	8.840	8.234
Participação nos lucros e resultado (PLR)	5.465	4.478
Provisões não dedutíveis	7.899	7.056
Amortização do ágio abr a nov/09	4.938	5.003
Outros diferidos ativos	<u>2.637</u>	<u>2.673</u>
Total do ativo fiscal diferido	45.823	43.556
Reembolso de gratuidade	(1.660)	(1.660)
Amortização de direito de concessão	(5.437)	(5.509)
Custo de captação	(79)	(83)
Outros diferidos passivos	<u>(2.407)</u>	<u>(2.448)</u>
Total do passivo fiscal diferido	(9.583)	(9.700)
Total do diferido	<u>36.240</u>	<u>33.856</u>
Impostos diferidos – Ativo	45.823	43.556
Impostos diferidos – Passivo	(9.583)	(9.700)

A Administração da Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis a Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados, conforme demonstrado a seguir:

<u>Anos</u>	<u>31/03/2019</u>
2022	2.475
2023	14.964
2024 a 2026	28.384
Total dos ativos fiscais diferidos	45.823
Total dos passivos fiscais diferidos	(9.583)
Total dos impostos diferidos	36.240

c) Tributos a recolher

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Imposto de renda e contribuição social	432	-
PIS e COFINS	552	3.429
ISS	1.327	1.323
IRRF e CSRF	242	318
Taxa AGETRANSP-RJ	308	286
INSS sobre terceiros	202	419
Outros	74	-
Circulante	3.137	5.775
	<u>187</u>	<u>187</u>
PIS e COFINS	187	187
Não circulante	187	187

d) Imposto de renda e contribuição social no resultado

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
(Prejuízo)/Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(3.970)	5.032
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	1.350	(1.711)
Adições permanentes	(24)	(65)
Diferenças temporárias	(2.384)	1.688
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	2.384	(1.688)
Recuperação de créditos (*)	1.405	3.683
Outros	25	-
Total dos impostos no resultado	2.756	1.907
Imposto de renda e contribuição social corrente	(1.033)	-
Recuperação de créditos	1.405	3.595
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado	372	3.595
Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado	2.384	(1.688)
Total dos impostos no resultado	2.756	1.907

(*) Em 31 de março de 2019, o saldo de recuperação de créditos refere-se ao processo judicial de dedução do programa de alimentação ao trabalhador (PAT) da base de cálculo do lucro tributável. Em 31 de março de 2018, o saldo refere-se ao pedido de restituição de pagamento indevido e/ou a maior de IRPJ e CSLL.

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre partes relacionadas sejam elas administradores e empregados, acionistas, controladas ou companhias sob controle comum, são efetuadas às taxas e condições pactuadas entre as partes, aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações contábeis.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas segue os termos do artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrerem para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

Composição

		31/03/2019					
Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Compartilhamento de despesas (a)	457	-	-	-	-	-
CART	Compartilhamento de despesas (a)	-	100	-	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	-	-	12.848	92.074	-	(2.400)
LAMSA	Compartilhamento de despesas (a)	-	4	33	-	-	-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	-	-	31.402	-	-	(11.403)
INVEPAR	Dividendos	-	-	2.557	-	-	-
METROBARRA	Compartilhamento de despesas (a)	-	10.353	-	-	-	-
		<u>457</u>	<u>10.457</u>	<u>46.840</u>	<u>92.074</u>	<u>-</u>	<u>(13.803)</u>

		31/12/2018				31/03/2018	
Parte relacionada	Transação	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Receita	Despesa
GRU AIRPORT	Compartilhamento de despesas (a)	457	-	-	-	-	-
CART	Compartilhamento de despesas (a)	-	100	-	-	-	-
LAMSA	Debêntures (b)	-	-	12.848	95.286	-	(4.003)
LAMSA	Compartilhamento de despesas (a)	-	-	33	-	-	-
INVEPAR	Compartilhamento de despesas (a)	-	-	38.575	-	-	(5.119)
INVEPAR	Dividendos	-	-	2.557	-	-	-
METROBARRA	Compartilhamento de despesas (a)	-	10.357	-	-	-	-
		<u>457</u>	<u>10.457</u>	<u>54.013</u>	<u>95.286</u>	<u>-</u>	<u>(9.122)</u>

- (a) Serviços compartilhados: referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

- (b) Debêntures: Conforme descrito na nota explicativa 12 em 31 de julho de 2012 a Companhia efetuou emissão de debêntures no montante de R\$154.170, adquiridas pela parte relacionada LAMSA.

Estas debêntures farão jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% a.a., até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplimento, conforme o caso).

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, está composta por honorários, gratificações, assistência médica e dentária, como demonstrado no quadro a seguir:

	31/03/2019	31/03/2018
Pró-labore	620	678
Encargos	88	88
Benefício pós emprego	50	-
Outros benefícios	132	108
	<u>890</u>	<u>874</u>
Total	<u>890</u>	<u>874</u>

Em 29 de abril de 2019 foi aprovado em Ata da Assembleia Geral Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores de até R\$8.828.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/03/2019
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,60%	65.720	1.407	(72)	358	67.413
Móveis e utensílios	10%	15.569	195	(133)	(53)	15.578
Veículos	20%	1.010	-	-	-	1.010
Equipamentos de computação	20%	17.722	981	(155)	3.066	21.614
		<u>100.021</u>	<u>2.583</u>	<u>(360)</u>	<u>3.371</u>	<u>105.615</u>
Depreciação						
Máquinas e equipamentos		(29.798)	(1.439)	67	84	(31.086)
Móveis e utensílios		(7.060)	(380)	104	-	(7.336)
Veículos		(1.010)	-	-	-	(1.010)
Equipamentos de computação		(10.661)	(617)	151	-	(11.127)
Depreciação acumulada		<u>(48.529)</u>	<u>(2.436)</u>	<u>322</u>	<u>84</u>	<u>(50.559)</u>
Imobilizado líquido		<u>51.492</u>	<u>147</u>	<u>(38)</u>	<u>3.455</u>	<u>55.056</u>

	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências (*)	31/12/2018
Custo						
Máquinas e equipamentos	12,60%	52.734	7.538	(1.306)	6.754	65.720
Móveis e utensílios	10%	8.780	1.218	(31)	5.602	15.569
Veículos	20%	1.823	-	(813)	-	1.010
Equipamentos de computação	20%	17.680	1.459	(9)	(1.408)	17.722
		<u>81.017</u>	<u>10.215</u>	<u>(2.159)</u>	<u>10.948</u>	<u>100.021</u>
Depreciação						
Máquinas e equipamentos		(25.327)	(8.117)	1.010	2.636	(29.798)
Móveis e utensílios		(7.086)	(1.534)	27	1.533	(7.060)
Veículos		(1.139)	(15)	813	(669)	(1.010)
Equipamentos de computação		(9.631)	(3.063)	247	1.786	(10.661)
Depreciação acumulada		<u>(43.183)</u>	<u>(12.729)</u>	<u>2.097</u>	<u>5.286</u>	<u>(48.529)</u>
Imobilizado líquido		<u>37.834</u>	<u>(2.514)</u>	<u>(62)</u>	<u>16.234</u>	<u>51.492</u>

(*) Em 31/03/2019, houve transferência do intangível para o ativo imobilizado para melhor classificação.

Redução do valor recuperável de ativos

De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2019.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais de amortização %	Saldo em 31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências*	Saldo em 31/03/2019
Custo						
Direito de concessão (a)	(*)	1.559.340	-	(1)	3.541	1.562.880
Investimento na concessão (b)	(*)	1.774.803	6.805	(263)	(13.809)	1.767.536
Direito de software	20%	24.210	764	-	6.897	31.871
Outros		14	-	-	-	14
		<u>3.358.367</u>	<u>7.569</u>	<u>(264)</u>	<u>(3.371)</u>	<u>3.362.301</u>
Amortização						
Direito de concessão		(607.468)	(15.679)	-	(83)	(623.230)
Investimento na concessão		(579.213)	(15.422)	30	(1)	(594.606)
Direito de software		(18.312)	(765)	-	-	(19.077)
Amortização acumulada (c)		<u>(1.204.993)</u>	<u>(24.297)</u>	<u>30</u>	<u>(84)</u>	<u>(1.236.913)</u>
Total intangível líquido		<u>2.153.373</u>	<u>(18.202)</u>	<u>(234)</u>	<u>(3.455)</u>	<u>2.125.388</u>

	Taxas anuais de amortização %	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências*	Saldo em 31/12/2018
Custo						
Direito de concessão (a)	(*)	1.326.979	-	(11)	232.372	1.559.340
Investimento na concessão (b)	(*)	1.955.199	96.484	(25.807)	(251.075)	1.774.803
Direito de software	20%	16.651	785	-	6.774	24.210
Outros		14	-	-	-	14
		<u>3.298.843</u>	<u>97.269</u>	<u>(25.818)</u>	<u>(11.929)</u>	<u>3.358.367</u>
Amortização						
Direito de concessão		(568.260)	(60.509)	3	21.298	(607.468)
Investimento na concessão		(493.796)	(60.088)	9	(25.338)	(579.213)
Direito de software		(14.940)	(3.107)	-	(265)	(18.312)
Amortização acumulada (c)		<u>(1.076.996)</u>	<u>(123.704)</u>	<u>12</u>	<u>(4.305)</u>	<u>(1.204.993)</u>
Total intangível líquido		<u>2.221.847</u>	<u>(26.435)</u>	<u>(25.806)</u>	<u>(16.234)</u>	<u>2.153.373</u>

(*) Em 31/03/2019, houve transferência do intangível para o ativo imobilizado para melhor classificação.

a) Concessão (decorrente de aquisição de controle)

Direito de concessão obtido na aquisição de controle do MetrôRio em março de 2009. O valor do direito de concessão adquirido foi determinado com base em laudo elaborado por empresa independente para determinação do valor justo dos respectivos ativos e passivos adquiridos.

b) Renovação/extensão do direito de concessão referente às outorgas principal e suplementar para o segundo período de concessão (de 28 de janeiro de 2018 até 27 de janeiro de 2038)

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar findou o primeiro período de concessão em 27 de janeiro de 2018. Conforme detalhado na nota explicativa 14, através de Aditivo as partes acordaram, dentre outras medidas, prorrogar, sob condição resolutiva, o prazo do Contrato, passando a Concessão a vigorar até 27 de janeiro de 2038. A prorrogação da Concessão se deu em contrapartida a investimentos a serem realizados pela Concessionária, conforme os termos do Parágrafo 3º da Cláusula 9ª do Aditivo. Conforme esses investimentos são realizados pela Companhia, são reconhecidos no Ativo intangível (Renovação / extensão do Direito de concessão).

c) Prazo de amortização

A amortização do intangível referente à Concessão é linear de acordo com o número de meses restantes para o final da Concessão. O valor é registrado no custo de serviços e a contrapartida é a conta de amortização acumulada no ativo intangível.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

d) Redução do valor recuperável de ativos - De acordo com o CPC01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de reconhecimento de perda para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos e não identificou possível desvalorização de seus ativos no período findo em 31 de março de 2019.

11. FORNECEDORES

	31/03/2019	31/12/2018
Fornecedores nacionais	42.639	51.924
Fornecedores internacionais	2.042	1.608
Total	44.681	53.532

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures estava composto da seguinte forma:

Objeto	Indexador	Juros anuais	Vencimento	Taxa efetiva	31/03/2019			31/12/2018
					Circulante	Não circulante	Total	Total
Empréstimos e Financiamentos								
BNDES Direto 3								
Subcrédito "A"	TJLP	1,72%	15/10/2024	1,73%	23.559	106.023	129.582	135.001
Subcrédito "C"	TJLP	1,72%	15/09/2024	1,73%	13.533	59.992	73.525	76.649
Financiamento Importação								
Caixa Econômica Federal	TR	7,80%	30/06/2034	8,08%	10.307	221.080	231.387	234.499
Subtotal					47.399	387.095	434.494	446.149
Custo de captação					(70)	(175)	(245)	(258)
Aplicação financeira vinculada*					-	(25.945)	(25.945)	(25.569)
Total					47.329	360.975	408.304	420.322
Debêntures								
Debêntures - LAMSA	TR	9,50%	31/05/2027	9,92%	12.848	92.074	104.922	108.134
DEBENTURISTAS 1	DI	3,10%	12/09/2021	9,69%	2.632	550.000	552.632	592.374
Subtotal					15.480	642.074	657.554	700.508
Custo de captação					(442)	(5.168)	(5.610)	(5.719)
Total					15.038	636.906	651.944	694.789
Total geral					62.367	997.881	1.060.248	1.115.109

(*) Dos quais R\$8.474 (R\$8.356 em 31 de dezembro de 2018), referem-se à aplicação em fundo de investimento mantida pela Companhia junto à instituição Itaú BBA para garantir os empréstimos contratados em 6 de fevereiro de 2009 e 16 de setembro de 2009 junto ao BNDES e R\$17.470 (R\$15.802 em 31 de dezembro de 2017), refere-se à aplicação em CDB mantida pela Companhia junto à Caixa Econômica Federal para garantir o financiamento contratado em 30 de junho de 2010 junto à própria Caixa Econômica Federal, referentes a três prestações mensais com indexador médio de 100.8% do CDI.

Segue abaixo a movimentação dos empréstimos e debêntures:

Descrição	31/12/2018	Adições			Amortização				31/03/2019	
		Captação	Juros	Varição monetária	Principal	Juros*	Custo de Captação	Transferência		
Passivo circulante										
Empréstimos										
BNDES III										
Subcrédito "A"	23.465	-	2.459	55	(6.629)	(1.569)	-	5.778	23.559	
Subcrédito "C"	13.480	-	1.396	31	(3.327)	(1.375)	-	3.328	13.533	
Caixa Econômica Federal	10.878	-	3.830	-	(2.405)	(4.536)	-	2.540	10.307	
Debêntures										
Debênture - LAMSA	12.848	-	2.400	-	(3.212)	(2.400)	-	3.212	12.848	
Debênture 1	42.374	-	13.170	-	-	(52.912)	-	-	2.632	
Custos de captação	(512)	-	-	-	123	-	-	(123)	(512)	
Subtotal	102.533	-	23.255	86	(15.450)	(62.792)	-	14.735	62.367	
Passivo não circulante										
Empréstimos										
BNDES III										
Subcrédito "A"	111.535	-	-	266	-	-	-	(5.778)	106.023	
Subcrédito "C"	63.170	-	-	150	-	-	-	(3.328)	59.992	
Caixa Econômica Federal	223.619	-	-	-	-	-	-	(2.540)	221.079	
Debênture - LAMSA	95.287	-	-	-	-	-	-	(3.212)	92.075	
Debênture 1	550.000	-	-	-	-	-	-	-	550.000	
Custos de captação	(5.466)	-	-	-	-	-	-	123	(5.343)	
Subtotal	1.038.145	-	-	416	-	-	-	(14.735)	1.023.826	
Total geral(**)	1.140.678	-	23.255	502	(15.450)	(62.792)	-	-	1.086.193	

(*) Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(**) Valores brutos das aplicações financeiras.

Descrição	31/12/2017	Adições			Amortização				31/12/2018
		Captação	Juros	Varição monetária	Principal	Juros*	Custo de Captação	Transferência	
Passivo circulante									
Empréstimos									
BNDES III									
Subcrédito "A"	23.434	-	11.013	158	(22.993)	(11.142)	-	22.995	23.465
Subcrédito "C"	13.461	-	6.260	93	(13.244)	(6.334)	-	13.244	13.480
Banco do Brasil	18.000	-	-	-	(18.000)	-	-	-	-
Caixa Econômica Federal	10.373	-	18.584	1	(10.828)	(17.072)	-	9.820	10.878
Citibank	110.929	-	925	(1.947)	(105.109)	(4.798)	-	-	-
FINEP									
Subcrédito "A"	130	-	-	-	(129)	(1)	-	-	-
Subcrédito "B"	138	-	-	-	(137)	(1)	-	-	-
Debêntures									
Debênture - LAMSA	13.964	-	10.400	-	(12.848)	(10.444)	-	11.776	12.848
Debênture - HSBC	180.940	-	3.487	-	(180.006)	(4.421)	-	-	-
Debênture BB	101.142	-	1.673	-	(100.000)	(2.815)	-	-	-
Debênture 1	-	-	42.374	-	-	-	-	-	42.374
Custos de captação	(337)	-	-	-	667	-	-	(842)	(512)
Subtotal	472.174	-	94.716	(1.695)	(462.627)	(57.028)	-	56.993	102.533
Passivo não circulante									
Empréstimos									
BNDES III									
Subcrédito "A"	133.688	-	-	842	-	-	-	(22.995)	111.535
Subcrédito "C"	75.936	-	-	478	-	-	-	(13.244)	63.170
Caixa Econômica Federal	233.439	-	-	-	-	-	-	(9.820)	223.619
Debênture - LAMSA	107.063	-	-	-	-	-	-	(11.776)	95.287
Debênture 1	-	550.000	-	-	-	-	-	-	550.000
Custos de captação	(257)	(6.051)	-	-	-	-	-	842	(5.466)
Subtotal	549.869	543.949	-	1.320	-	-	-	(56.993)	1.038.145
Total geral(**)	1.022.043	543.949	94.716	(375)	(462.627)	(57.028)	-	-	1.140.678

* Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

	31/03/2019	31/12/2018
2020	74.836	89.530
2021	184.331	184.331
2022 em diante	738.714	738.716
	<u>997.881</u>	<u>1.012.577</u>

BNDES

- Em 16 de setembro de 2009, a Companhia firmou contrato de financiamento junto ao BNDES (“BNDES Direto III”), no montante total de R\$422.410, divididos em três subcréditos: “A” (R\$278.395), “B” (R\$3.200) e “C” (R\$140.815), para cobrir, principalmente, os desembolsos com as obras do projeto do Metrô do Século XXI, o montante foi totalmente desembolsado pelo BNDES à Companhia.

A amortização do principal do subcrédito “A” será feita em 150 prestações mensais e sucessivas entre 15 de maio de 2012 e 15 de outubro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “A” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de outubro de 2009 e 15 de abril de 2012, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

A amortização do principal do subcrédito “C” será feita em 132 prestações mensais e sucessivas entre 15 de outubro de 2013 e 15 de setembro de 2024. Sobre o principal da dívida do subcrédito “B” incidirão juros de 1,72% a.a. mais TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente entre 15 de setembro de 2010 e 15 de setembro de 2013, e são pagos mensalmente no período de amortização do principal.

As principais garantias dos contratos de financiamento BNDES Direto I, BNDES Direto II e BNDES Direto III são as seguintes:

- Vinculação de parcela da receita tarifária decorrente da prestação dos serviços de transporte metroviário de passageiros, em valor mensal não inferior a R\$31.960, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA.
- Constituição de conta reserva com saldo não inferior a R\$15.489, a serem corrigidos anualmente pelo IPCA a partir da data da assinatura.
- Constituir penhor em favor do BNDES, em 1º grau para BNDES Direto I, em 2º grau para o BNDES Direto II e em 3º grau para o BNDES Direto III, sobre os seus Direitos Creditórios emergentes do Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Transporte Metroviário de Passageiros, celebrado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro, com a interveniência de terceiros, em 27 de janeiro de 1998, e seus posteriores aditivos, abrangendo o direito da Companhia de ser indenizada pelo Estado do Rio de Janeiro nas seguintes hipóteses:
 - a) Perdas que a mesma venha a ter em razão da não recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
 - b) Perdas em decorrência de contingências de responsabilidade do Estado do Rio de Janeiro ou de seus órgãos que venham a ser imputadas à Companhia; e
 - c) Extinção da Concessão, nos termos do respectivo Contrato de Concessão, bem como outros direitos de indenização que a Companhia venha a ter em face do Estado do Rio de Janeiro por força do referido contrato.

Como condição restritiva, é vedada à Companhia a aplicação dos recursos em finalidade diversa da prevista no objeto dos financiamentos. A Administração da Companhia entende que esta condição está sendo atendida. Adicionalmente, esses contratos de financiamento possuem cláusulas restritivas

quanto a determinados índices financeiros, que em caso de descumprimento aceleram o vencimento do financiamento. Tanto para o contrato BNDES Direto I quanto para o contrato BNDES Direto II, o índice financeiro é o seguinte: LAJIDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) sobre Despesas Financeiras Líquidas maior ou igual a 2, a Companhia está cumprindo o índice exigido.

Caixa Econômica Federal

Em 30 de junho de 2010, a Companhia firmou contrato de financiamento e repasse destinado à realização de investimentos no sistema metroviário do Rio de Janeiro, no âmbito do programa PRÓ-TRANSPORTES/FGTS junto a Caixa Econômica Federal no montante total de R\$650.000, divididos em subcréditos “A” (R\$240.000) e “B” (R\$410.000). Em 30 de junho de 2011, foi creditado pela Caixa Econômica Federal à Companhia o montante de R\$240.000 (subcrédito “A”). Este valor foi creditado em aplicação financeira específica e destina-se obrigatoriamente ao pagamento dos 114 carros metrô, sendo vedada a utilização desses recursos para qualquer outro fim. Os recursos do subcrédito “B” não serão creditados à Companhia.

A amortização será feita em 240 meses contados a partir do término do prazo de carência dos subcréditos (48 meses). O saldo devedor será apurado mensalmente e são devidas as seguintes taxas:

- a) Juros - equivalente à taxa nominal de 5,5% a.a., capitalizada mensalmente;
- b) Administração - valor equivalente à taxa nominal de 2% a.a., capitalizada mensalmente; e
- c) Risco de crédito - equivalente à taxa nominal de 0,3% a.a., capitalizada mensalmente.

O saldo devedor e as prestações serão reajustados pelo mesmo índice e na mesma periodicidade da utilização dos saldos das contas vinculadas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, utilizada para esse fim a Taxa Referencial - TR, ou outro índice que venha a substituí-la.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos do BNDES “II” e “III”, FINEP, Calyon e Caixa Econômica Federal foram capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 obedecendo aos critérios de aplicação dos recursos. Em 30 de setembro de 2018 não foram capitalizados juros.

Debêntures

- Em 31 de julho de 2012, foram subscritas 154.170 debêntures, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), perfazendo o valor total de R\$154.170.

O Instrumento Particular de Escritura da 3ª emissão de debêntures foi firmado com base nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia datadas de 24 de abril de 2012 e 27 de julho de 2012, as quais deliberaram as condições da Emissão. Os recursos oriundos da captação por meio da Emissão foram para financiamento de até 90% do CAPEX de cada um dos projetos da Companhia. As debêntures fazem jus à remuneração da TR do primeiro dia do mês anualizada, calculada e divulgada pelo BACEN, capitalizada de uma sobretaxa de 9,50% (nove inteiros e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias (“Remuneração”). A Remuneração é calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos desde a data de emissão das Debêntures, incidentes sobre o valor nominal unitário das Debêntures ou saldo do valor nominal unitário das Debêntures, devendo ser paga ao final de cada período de capitalização, até a data de vencimento (ou na data do vencimento antecipado das

Debêntures em razão da ocorrência de um dos eventos de inadimplemento, conforme o caso). Em 31 de agosto de 2012, foi repassado pela Linha Amarela S.A. à Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. o montante atualizado de R\$155.475.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 178 meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 30 de maio de 2027. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente durante o período de carência e mensalmente a partir do 37º (trigésimo sétimo) mês contado da data de emissão, inclusive.

As debêntures da Companhia não possuem cláusula de repactuação.

- Em 3 de março de 2016, foi celebrado o Termo de Adesão ao Contrato de Coordenação e Distribuição Pública da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição com Esforços Restritos da Companhia.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A. A Emissão foi realizada em 11 de março de 2016, e composta por 21.000 (vinte e uma mil) Debêntures, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$10, perfazendo o montante de R\$210.000. O prazo de vencimento das Debêntures foi de 2 anos contados da Data de Emissão, liquidado, portanto, em 11 de março de 2018.

- Em 16 de novembro de 2016, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 7ª Emissão de Debêntures simples, com Esforços Restritos da Companhia, em regime de garantia firme.

As Debêntures foram objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de subscrição a serem outorgada à Companhia pelo Banco Bradesco S.A.. A Emissão foi realizada em 16 de Novembro de 2016, e composta por 10.000 (dez mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$100.000.000 (cem milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 18 meses (dezoito meses) contados da Data de Emissão, a ser liquidado em 16 de maio de 2018.

- Em 12 de março de 2018, foi celebrado o Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública da 8ª Emissão de Debêntures, composta por 55.000 (cinquenta e cinco mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000 (dez mil reais), perfazendo o montante de R\$550.000.000 (quinhentos e cinquenta milhões de reais). O prazo de vencimento das Debêntures será de 60 meses (sessenta meses) contados da Data de Emissão, a ser liquidado em 13 de março de 2023.

Cláusulas restritivas

Empresa	Dívida	Covenants	Limite	Apuração
METRÓRIO	Pró Transporte (CEF) BNDES	ICSD EBITDA/RF*	≥ 1 ≥ 2	Anual Anual

*Resultado Financeiro

Em 31 de março de 2019, as cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos ou debêntures foram atendidas.

Hipóteses de Vencimento Cruzado

- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, Metrô, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas restritivas limitando o endividamento, contratação de novas dívidas, e emissão de novos valores mobiliários, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, Metrô, MetrôBarra, CLN, Via040 e GRU AIRPORT (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à distribuição de dividendos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, Metrô, GRU AIRPORT, CLN e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de ativos, conforme regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas Invepar, CART, LAMSA, CLN, Metrô, MetrôBarra, CLN, GRU AIRPORT e Via040 (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de restrições à alienação de controle acionário regulamentadas nos contratos de financiamento e/ou Emissões.
- Os contratos de financiamento de longo prazo nas empresas as empresas Invepar, CART, LAMSA e MetrôBarra (Partes Relacionadas) possuem cláusulas de possível vencimento antecipado no caso de rebaixamento de rating conforme tabela abaixo:

<u>Empresa:</u>	<u>Rating limite:</u>
Invepar	BBB+
LAMSA	BBB+
MetrôBarra	BBB-
CART	A-

A quebra dessas, ou outras obrigações dos contratos de financiamento, pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida pelo acionamento de cláusulas de “*cross default*” com efeito na Companhia e em outras empresas do grupo Invepar.

Vide nota explicativa 1.2.

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	1.148	1.141
Renovação / extensão do Direito de concessão (até janeiro de 2038) (b)	1.032	1.027
	<u>2.180</u>	<u>2.168</u>
Não circulante		
Direito de concessão (até janeiro de 2038)	8.480	8.480
Total	<u>10.660</u>	<u>10.648</u>

Direito de concessão referente à outorga principal e outorga suplementar (primeiro período de concessão até 27 de janeiro de 2038)

Do montante de R\$2.180, R\$1.148 refere-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente quitado através do pagamento de parcelas ou quitado através da realização de investimentos. E, R\$8.480 referem-se ao ônus da concessão assumido no processo de licitação, repactuado através dos termos do Aditivo, determinado com base no valor devido ao Poder Concedente sobre a entrada em operação de novas estações de acordo com o Parágrafo 9º, da Cláusula 1ª do Contrato. Até a data de 31 de dezembro de 2016, o MetrôRio recebeu do Poder Concedente três estações que estão sujeitas aos termos desta Cláusula: Estação Siqueira Campos, Estação Cantagalo e General Osório. A liquidação da obrigação se dará através dos termos do Parágrafo 14º da Cláusula 22ª do Aditivo, onde a Concessionária assumiu a responsabilidade de liquidar certas obrigações referentes a ações judiciais contra a RIOTRILHOS e CMRJ.

Esse compromisso, soma R\$8.480 (R\$8.480 em 31 de dezembro de 2018). Estas obrigações: (i) serão liquidadas à medida que os pagamentos forem sendo exigidos em execuções homologadas pelo Poder Judiciário, e (ii) sofrem atualização monetária de acordo com os índices aplicados no Tribunal de origem.

Baseado na análise da Administração, à luz das informações disponíveis até a presente data e nas diversas possibilidades na liquidação dos processos, a Companhia está mantendo a parcela de Outorga suplementar registrada no passivo não circulante.

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Concessionária assumiu o compromisso de melhorar, conservar e expandir o sistema metroviário da Cidade do Rio de Janeiro que pertence à Concessão. A partir de 27 de dezembro de 2007, através do Aditivo, a Companhia também assumiu o compromisso de realizar investimentos destinados: (i) à implementação de novas estações metroviárias, inclusive a obrigação de concluir, em condições de operação, o trecho de 3,2 km, denominado Linha 1A (trecho inaugurado em 22 de dezembro de 2009), com a construção da Estação Cidade Nova (inaugurada em 1º de novembro de 2010), bem como a Estação Uruguai (inaugurada em março de 2014); (ii) à aquisição de novos trens; (iii) à modernização das operações; (iv) sistema de Supervisão de Falhas e o de Piloto Automático (Realizados até o ano de 2016); (v) Substituição dos Transformadores com Askarel (concluído em 2017).

Em 31 de março de 2019, o valor de R\$1.033 (R\$1.027 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a renovação/extensão do direito de concessão do MetrôRio até janeiro de 2038.

	31/12/2018	Atualização resultado	Reversão	Pagamento	31/03/2019
Outorga (a)	2.168	12	-	-	2.180
Circulante	2.168	12	-	-	2.180
Outorga (b)	8.480	-	-	-	8.480
Não Circulante	8.480	-	-	-	8.480
Total	10.648	12	-	-	10.660

	31/12/2017	Atualização resultado	Reversão	Pagamento	31/12/2018
Outorga (a)	1.851	317	-	-	2.168
Circulante	1.851	317	-	-	2.168
Outorga (b)	40.235	2.579	(34.334)	-	8.480
Não Circulante	40.235	2.579	(34.334)	-	8.480
Total	42.086	2.896	(34.334)	-	10.648

(a) Outorga do circulante, refere-se a compra dos trens.

(b) Outorga do não circulante, refere-se ao Anexo V ao Contrato do Sexto Aditivo. No exercício social de 2017 foi realizada a nona prestação de contas do contrato de concessão, e a Companhia apurou o saldo remanescente e realizou a reversão do montante para enquadramento do saldo contábil, conforme saldo remanescente.

Bens reversíveis

Conforme os termos do Parágrafo 1º da Cláusula 17ª do Contrato de Concessão, os Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998 para utilização na prestação dos serviços de transporte metroviário, de acordo com os termos do Edital de Leilão PED/ERJ nº 01/97-Metrô e do Contrato, foram recebidos a título gratuito.

A Companhia apresenta no quadro abaixo (*) a composição dos Bens Reversíveis, transferidos à posse da Concessionária em 5 de abril de 1998:

Imobilizado da concessão	
Veículos	121
Equipamentos	227.903
Ferramentas	854
Móveis e utensílios	607.104
Almoxarifado	26.799
Equipamentos de processamento de dados	714
Equipamentos de telecomunicações	522
Imóveis	5.229.910
Total	6.093.927

(*)Quadro não revisado pelos auditores independentes.

Os itens que estão relacionados na conta de Almoxarifado acima representam uma parcela dos bens de consumo transferidos pelo Poder Concedente à posse da Concessionária de acordo com os termos do Parágrafo 11º da Cláusula 1ª do Aditivo.

14. PROVISÕES PARA RISCOS PROCESSUAIS

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia, na opinião de seus consultores jurídicos realizou análise das demandas judiciais

pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	31/03/2019	31/12/2018
Cíveis	6.960	6.689
Trabalhistas	10.747	10.068
Tributárias	8.132	7.300
Outros	160	160
Total	25.999	24.217

Movimentação das provisões

	Saldo inicial 31/12/2018	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	Saldo final 31/03/2019
Cíveis	6.689	626	(187)	(168)	6.960
Trabalhistas	10.068	617	352	(290)	10.747
Tributárias	7.300	832	-	-	8.132
Outros	160	-	-	-	160
Total	24.217	2.075	165	(458)	25.999

	Saldo inicial 31/12/2017	Provisões efetuadas	Atualização monetária	Reversões/ pagamentos	Saldo final 31/12/2018
Cíveis	6.152	1.078	316	(858)	6.689
Trabalhistas	12.857	694	(136)	(3.347)	10.068
Tributárias	4.608	2.692	-	-	7.300
Administrativas	160	-	-	-	160
Total	23.777	4.464	180	(4.205)	24.217

a) Riscos cíveis

A Companhia é ré em diversos processos cíveis, movidos por clientes, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema metroviário.

Em 18 de abril de 2018, a Companhia foi citada em uma ação para acompanhamento de uma ação proposta pelo Estado do Rio de Janeiro, referente ao Processo de Revisão Quinquenal Ordinária do período de 2007/2012 provido pela AGETRANSP, que segundo o autor, teria gerado um crédito em favor do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 197.943. O autor pleiteia a procedência dos pedidos para obrigar a Companhia a realizar investimentos e/ou melhorias no sistema metroviário no valor do crédito, ou a condenação da Companhia à recomposição do desequilíbrio por meio de pagamento ao Estado do Rio de Janeiro. A Companhia avaliou como possível o prognóstico de perda. O processo em questão segue apensado à Ação Anulatória de Ato Administrativo proposta pela Companhia, que requereu a anulação da decisão proferida pela AGETRANSP, bem como a anulação de todos os seus efeitos.

Em 31 de março de 2019, as perdas cíveis possíveis estavam estimadas em R\$247.131 (R\$246.533 em 31 de dezembro de 2018).

b) Riscos trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos de natureza trabalhista propostos por ex-funcionários, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros.

Em 31 de março de 2019, as perdas possíveis estavam estimadas em R\$23.289 (R\$22.862 em 31 de dezembro de 2018).

c) Riscos tributários

Considerando que propusemos ação judicial e em sede de liminar foi deferida a suspensão da exigibilidade do ICMS sobre as tarifas de conexão e uso do sistema de transmissão (TUST) ou distribuição (TUSD) e que a área de energia orçou os valores de ICMS.

Optamos pelo contingenciamento até que o mérito da ação seja decidido e ocorra o trânsito em julgado, o montante de R\$8.132 em 31 de março de 2019 (R\$7.300 em 31 de dezembro de 2018).

Depósitos judiciais, recursais e autos de arrecadação

	31/03/2019	31/12/2018
Depósitos recursais (a)	21.038	20.249
Embargos de terceiros (b)	32.457	31.863
Bloqueios judiciais (c)	34	-
	<u>53.529</u>	<u>52.112</u>

a) Depósitos recursais

Em 31 de março de 2019, a Companhia possuía R\$21.038 em depósitos recursais (R\$20.249 em 31 de dezembro de 2018).

b) Depósitos judiciais - embargos de terceiros - autos de arrecadação

Trata-se de recurso jurídico que permite a um terceiro pleitear a exclusão de seus bens, penhorados em execução na qual não era parte.

As ordens de penhora contra a Companhia, em sua grande maioria, têm como origem ações trabalhistas e cíveis ajuizadas contra a CMRJ, nas quais a Concessionária foi arrolada como sucessora.

Desta forma a Companhia interpôs diversos embargos de terceiros, objetivando a suspensão da penhora da sua renda e de seus bens.

O valor total de processos relativos aos embargos de terceiros em 31 de março de 2019 é de R\$53.529 (R\$52.000 em 31 de dezembro de 2018), sendo de natureza trabalhista e cível.

Em 31 de março de 2019, o montante penhorado da renda da Companhia e já depositado judicialmente é de R\$32.457 (R\$31.863 em 31 de dezembro de 2018).

c) Bloqueios judiciais

Em 31 de março de 2019, a Companhia registrou saldo referente a bloqueios judiciais de R\$33 (R\$0 em 31 de dezembro de 2018).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social é de R\$1.344.160, dividido em 1.446.898.779 ações ordinárias, todas sob a forma nominativa e sem valor nominal, integralmente subscritas pela Invepar.

b) Reserva legal

A Companhia destina 5% do seu lucro líquido antes de qualquer outra destinação para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social, conforme Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia constituiu o montante de R\$538 de reserva legal proveniente da destinação do lucro líquido do exercício. Em 31 de março a Reserva legal montava R\$538 (R\$538 em 31 de dezembro de 2018).

c) Dividendos e juros sobre capital próprio (JSCP)

O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. O valor do juros pagos pela pessoa jurídica, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser imputado ao valor destes dividendos.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório foi realizado conforme abaixo:

	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	11.060
Prejuízos acumulados	(307)
Reserva Legal	538
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.554
Reserva de retenção de lucros	7.661

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia destinou o montante de R\$ 2.554 referente ao dividendo mínimo obrigatório conforme estatuto, onde prevê o cálculo após a compensação do prejuízo de anos anteriores e destinação da reserva Legal.

Em 31 de março de 2019, os saldos de dividendos a pagar somavam R\$2.554 (R\$2.554 em 31 de dezembro de 2018).

d) Reserva de retenção de lucros

Com base art. 196 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia destinou no exercício de 2018 o montante de R\$7.661 a título de retenção de lucros. Em 31 de março de 2019, a retenção de lucros totalizava R\$7.661 (R\$7.661 em 31 de dezembro de 2018) a ser utilizada a critério da Companhia.

16. RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receita com passagens	181.762	185.855
Receitas acessórias	11.061	10.069
Impostos e contribuições sobre a receita	<u>(5.632)</u>	<u>(5.734)</u>
Receita de serviços líquidas	<u>187.191</u>	<u>190.190</u>

* O serviço de construção se dava pelo direito de Outorga constituído no 6º termo aditivo, quando se gerou a obrigação de investimentos. O 6º termo aditivo se encontra praticamente finalizado financeiramente, e não houve adições ao Intangível dessa natureza no exercício de 2018 e no período findo de 31 de março de 2019. Não havendo adições ao Intangível referentes ao 6º termo aditivo, não há constituição de receitas e custos de construção.

Custos e Despesas por natureza

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Pessoal e encargos	(56.803)	(56.666)
Conservação e manutenção	(19.741)	(15.687)
Comunicação, marketing e publicidade	(583)	(1.053)
Seguros e garantias	(2.269)	(1.587)
Serviços de terceiros	(2.180)	(2.828)
Veículos	(199)	(195)
Consultoria e assessoria	(1.613)	(1.277)
Aluguéis	(783)	(578)
Energia elétrica	(26.862)	(23.354)
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa / Provisão para riscos / Despesas judiciais	(2.515)	(847)
Parte relacionada	(11.403)	(10.291)
Depreciação e amortização	(34.302)	(33.295)
Outros	<u>(6.571)</u>	<u>(9.528)</u>
	<u>(165.824)</u>	<u>(157.186)</u>
Custo de serviços prestados	(124.548)	(109.698)
Despesas gerais e administrativas	(45.035)	(47.518)
Outras despesas/receitas operacionais líquidas	3.759	30
	<u>(165.824)</u>	<u>(157.186)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicações financeiras	4.968	3.562
Juros ativos	18	31
Variação monetária ativa	1.152	393
Variações cambiais ativas	146	4.827
Total receitas financeiras	<u>6.284</u>	<u>8.813</u>
Despesas financeiras		
Comissões e despesas bancárias	(376)	(729)
Juros passivos	(9.513)	(12.607)
Instrumentos financeiros derivativos	-	(3.284)
Variação monetária passiva	(624)	(6.341)
Juros sobre debêntures	(15.569)	(7.825)
Variações cambiais passivas	(540)	(2.842)
Outros	(4.999)	(3.157)
Total despesas financeiras	<u>(31.621)</u>	<u>(36.785)</u>
Resultado financeiro líquido Total	<u><u>(25.337)</u></u>	<u><u>(27.972)</u></u>

18. RESULTADO POR AÇÃO

A Companhia apresenta a seguir as demonstrações sobre o resultado por ação para os períodos findos em 31 de março de 2019 e 2018.

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	<u>31/03/2019</u>	<u>31/03/2018</u>
Resultado básico e diluído por ação		
Numerador		
Prejuízo líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(1.214)	6.939
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<u>1.446.899</u>	<u>1.446.899</u>
(Prejuízo)/ Lucro básico e diluído por ações	<u><u>(0,001)</u></u>	<u><u>0,005</u></u>

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas informações financeiras intermediárias.

A Companhia não possui instrumentos diluidores em 31 de março de 2019, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído.

19. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros sobre seus ativos próprios, bens reversíveis e de responsabilidade civil. Em 31 de março de 2019, os principais seguros contratados são:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência		Seguradora
		Início	Fim	
Risco operacional	280.000	01/08/2018	01/08/2019	Tokio Marine
Responsabilidade civil geral	100.000	01/08/2018	01/08/2019	Tokio Marine
Transporte nacional	4.000	28/02/2019	28/02/2020	SURA
Transporte internacional	3.000*	28/02/2019	28/02/2020	SURA
Automóvel frota	Tabela Fipe	31/12/2018	31/12/2019	SOMPO
D&O	100.000	20/03/2018	04/05/2019	XL
D&O	100.000	04/05/2019	04/05/2020	XL

(*) Em milhares de Dólares - (Em reais R\$11.690).

O escopo dos trabalhos de nossos auditores independentes não inclui a revisão sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. AVAIS, FIANÇAS E GARANTIAS

A Companhia prestou garantias, cujos montantes em 31 de março de 2019 eram de R\$52.534 (R\$50.262 em 31 de dezembro de 2018), para garantir: (i) a aquisição de energia elétrica junto à Duke Energy; (ii) os processos judiciais gerais; e (iii) os processos judiciais que visam impedir a responsabilização da Companhia por cumprimento de decisões judiciais proferidas em ações movidas contra a CMRJ e/ou a RIOTRILHOS antes da tomada de posse pela Concessionária. Adicionalmente, a Companhia prestou garantias aos empréstimos obtidos. Mais detalhes sobre estas garantias estão descritos na nota explicativa 4.

21. COMPROMISSOS E RESPONSABILIDADES

Além dos contratos de fornecimento vigentes, a Companhia também possui compromisso relativo a dois contratos de fornecimento de energia elétrica com a Rio Paranapanema Energia S.A.

O primeiro, celebrado em 26 de janeiro de 2009, a fim de atender o período entre 1º de janeiro de 2011 e 31 de dezembro de 2021, foi convencionado por dois motivos estratégicos:

(i) Contratação de montante de energia complementar, suficiente para atender ao início da operação da Linha 1A, da entrada em operação dos 19 novos trens e das estações General Osório, Cidade Nova e Uruguai, para o período entre 2011 e 2015; e

(ii) Contratação do montante de energia elétrica para atender ao consumo total das Linhas 1 e 2 do sistema metroviário até 31 de dezembro de 2021, após o vencimento do contrato vigente no período de 1º de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2015.

O segundo contrato, celebrado em 9 de maio de 2016, visa suprir a demanda da Linha 4 no período entre 1º de agosto de 2016 e 31 de julho de 2021.

A Companhia também possui um contrato de operação e manutenção da Linha 4 do metrô do Rio de Janeiro, extensão de Ipanema a Barra da Tijuca, assinado entre MetrôRio, CRB e o MetrôBarra (interveniente), onde, o MetrôRio, fica incumbido de executar a operação e manutenção da Linha 4 após o término das obras civis, o término das instalações dos sistemas de sinalização e da aquisição dos trens.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com o Poder Concedente.

Instrumentos financeiros	31/03/2019		31/12/2018	
	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	100.986	-	179.573	-
Aplicação financeira	63.922	-	60.303	-
Contas a receber	-	45.233	-	42.925
Parte relacionada	-	10.914	-	10.914
Total do ativo	164.908	56.147	239.876	53.839
Passivos				
Fornecedores	-	44.681	-	53.532
Parte relacionada	-	31.435	-	38.608
Empréstimos e financiamentos	-	408.304	-	420.322
Debêntures	-	651.944	-	694.788
Concessão de serviço público	-	10.660	-	10.648
Total do passivo	-	1.147.024	-	1.217.898

b) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo do valor justo

Os valores de mercado informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor de mercado:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo, em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Companhia possui aplicações financeiras expostas a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI, SELIC e IPCA, e as taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão vinculadas à variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), Taxa Referencial (TR) e Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de caixa e bancos e aplicações financeiras. A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia poderão sofrer variações decorrentes da volatilidade da taxa de câmbio em função das obrigações que a mesma assumiu quando da assinatura do Aditivo, particularmente, com relação à aquisição de carros metrô, conforme detalhado na nota explicativa 14, considerando-se que os carros foram adquiridos no mercado externo. Adicionalmente, de acordo com as informações prestadas nas notas explicativas 4 e 13, a Companhia possui aplicações financeiras e empréstimos no exterior, respectivamente.

f) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e nas taxas de juros

No quadro abaixo, são considerados: (i) três cenários, sendo o cenário considerado provável pela Companhia e (ii) cenários variáveis chaves com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das variáveis chaves nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além do cenário provável, a CVM através da Instrução nº 475, de 17 de dezembro de 2008, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o requerimento da

CVM.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
TJLP (% ao ano)	6,71%	8,39%	10,07%
TR Passivo(% ao ano)	0,01%	0,01%	0,02%
DI Ativo (% ao ano)	6,48%	4,86%	3,24%
DI Passivo (% ao ano)	6,48%	8,10%	9,72%
IPCA(% ao ano)	3,90%	2,93%	1,95%
SELIC(% ao ano)	6,48%	4,86%	3,24%
Taxa de câmbio média (R\$/US\$)	R\$ 3,72	R\$ 2,79	R\$1,86

Fontes de informação: BACEN, CETIP e FGV.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

Operação	Risco	31/03/2019	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Ativos financeiros					
Equivalente de caixa					
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	19.139	1.240	930	620
Fundo MOVER					
Letras financeiras do tesouro	SELIC	53.080	3.440	2.580	1.720
Títulos públicos federais – Tesouro Nacional	IPCA	2.366	92	69	46
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	11.928	773	580	386
Aplicações financeiras circulante					
Fundo cambial exclusivo	Dólar	53.793	14.460	19.281	28.921
Certificados de depósitos bancários – CDB	DI	6.601	428	321	214
Aplicações financeiras não circulante					
Certificado de depósitos bancários - CDB	DI	3.528	229	171	114
Total ativos financeiros		150.435	20.662	23.932	32.021
Empréstimos e financiamentos					
BNDDES	TJLP	203.107	13.628	17.040	20.443
Financiamento CEF	TR	231.387	23	23	46
Debênture LAMSA (CEF)	TR	104.922	10	10	21
Debênturista I	DI	552.632	35.811	44.763	53.716
Aplicação financeira vinculadas (*)	DI	(25.945)	(1.681)	(1.261)	(841)
		1.066.103	47.791	60.575	73.375

(*) Apresentada no passivo para refletir a intenção da Companhia em liquidar os seus passivos financeiros.

g) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor

do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

	31/03/2019	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos	408.304	420.322
Debêntures	651.944	694.788
Caixa e equivalentes de caixa	(100.986)	(179.573)
Aplicações financeiras	(63.922)	(60.303)
Dívida líquida	895.340	875.234
Patrimônio líquido	1.351.145	1.352.359
Patrimônio líquido e dívida líquida	2.246.485	2.227.593

h) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários e debêntures.

23. TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve as seguintes transações não caixa no período que foram excluídas do fluxo de caixa:

	31/03/2019	31/03/2018
Aquisição de imobilizado e intangível ainda não liquidada financeiramente (Fornecedores e partes relacionadas)	2.111	1.672

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

i. Transferência de Ações da Invepar

A Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (“MetrôRio” ou “Companhia”) em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358, de 3 de janeiro de 2002, informou ao mercado e ao público em geral que, na data de 13 de maio de 2019, foi comunicada pela sua controladora, a Invepar, sobre a decisão judicial determinando adjudicação das ações da Invepar detidas pela OAS Infraestrutura S.A. e Construtora OAS S.A. (em conjunto “OAS”) para a SPE Credores. Esta decisão ocorreu no âmbito da recuperação judicial da OAS e resultará em alterações no quadro acionário da controladora Invepar e, por consequência, no controle indireto da Companhia.

Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Informações Contábeis Intermediárias

Aos:

Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessão Metroviária do Rio de Janeiro S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de informações intermediárias executada pelo auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of interim financial information performed by the independent auditor of the entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa conclusão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Garantias compartilhadas com dívidas contraídas com partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1.2, às informações contábeis intermediárias, que informa que as partes relacionadas Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. CART e MetroBarra S.A., em 11 de fevereiro de 2019, tiveram seu rating rebaixado por agência de classificação de riscos. Esse fato enseja a quebra de cláusulas restritivas, podendo acarretar no vencimento antecipado das debêntures emitidas pelas referidas companhias, caso não seja obtido waiver em Assembleia Geral de Debenturistas. Adicionalmente, essas debêntures possuem garantias compartilhadas (cross default) com dívidas contraídas junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES pelo Grupo Econômico o qual a Companhia pertence (Grupo Invepar). A administração do Grupo Econômico está trabalhando em planos de ações para regularização dessa situação perante seus debenturistas, entretanto existe o risco de que caso os debenturistas declarem vencimento antecipado, o BNDES poderá, também, declarar vencimento antecipado de todos seus financiamentos com o Grupo Invepar, bem como a 8ª. emissão de debêntures da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 2019.

Ana Cristina Linhares Areosa

CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1 S RJ

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as informações contábeis intermediárias da Companhia do período de três meses findo em 31 de março de 2019.

A DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de revisão da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido em 14 de maio de 2019, referente às informações contábeis intermediárias da Companhia do período de três meses findo em 31 de março de 2019.

A DIRETORIA
